Laisa Geovana Kayser Borghetti Melim

**Desconsideração da Personalidade Jurídica e
Grupos Econômicos. Responsabilidade Patrimonial
e Fraude à Execução no Novo Código de Processo
Civil.**

Campinas

2016

Laisa Geovana Kayser Borghetti Melim

**Desconsideração da Personalidade Jurídica e Grupos
Econômicos. Responsabilidade Patrimonial e Fraude à
Execução no Novo Código de Processo Civil.**

Monografia do Trabalho de Conclusão de Curso
de Pós-Graduação em Direito Processual Civil.

Faculdades Damásio

Faculdade de Direito

Programa de Pós-Graduação

Orientador: Ronny Max Machado

Campinas

2016

Laisa Geovana Kayser Borghetti Melim

Desconsideração da Personalidade Jurídica e Grupos Econômicos. Responsabilidade Patrimonial e Fraude à Execução no Novo Código de Processo Civil./ Laisa Geovana Kayser Borghetti Melim. – Campinas, 2016-
68 p. : il. (algumas color.) ; 30 cm.

Orientador: Ronny Max Machado

Monografia (Pós-Graduação Stricto Sensu) – Faculdades Damásio
Faculdade de Direito
Programa de Pós-Graduação, 2016.

1. Processo Civil. 2. personalidade jurídica. 3. desconsideração. I. Ronny Max Machado. II. Faculdades Damásio. IV. Desconsideração da Personalidade Jurídica e Grupos Econômicos. Responsabilidade Patrimonial e Fraude à Execução no Novo Código de Processo Civil.

Laisa Geovana Kayser Borghetti Melim

**Desconsideração da Personalidade Jurídica e Grupos
Econômicos. Responsabilidade Patrimonial e Fraude à
Execução no Novo Código de Processo Civil.**

Monografia do Trabalho de Conclusão de Curso
de Pós-Graduação em Direito Processual Civil.

Ronny Max Machado
Orientador

Campinas
2016

Resumo

A presente monografia tem como objetivo o estudo do incidente da desconsideração da personalidade jurídica, inserido pela Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), bem como a responsabilização dos grupos econômicos por dívidas da empresa originária. Outrossim, será analisado o instituto da responsabilidade patrimonial, e o reconhecimento da fraude como forma de garantir o adimplemento dos débitos e a satisfação do credor, ora denominado exequente pelo novo CPC. A presente exposição apresenta as diferenças entre os institutos da fraude à execução e fraude contra credores, bem como quais os bens de terceiros que estão sujeitos à responsabilização executiva, nos moldes do novo Código de Processo Civil. Como objetivo geral, tem-se a busca de soluções processuais, a fim de garantir a efetividade do cumprimento da sentença condenatória ou a execução de pagar quantia certa. Adentra-se, assim, na proteção do terceiro adquirente de boa-fé e a hipótese, também prevista no novo Código, da distribuição dinâmica do ônus da prova. Por fim, usa-se o método dedutivo para o procedimento, mediante a análise de doutrina e jurisprudência a respeito do tema, de forma a garantir da efetividade do processo executivo com a satisfação do credor/exequente.

Palavras-chave: Desconsideração. Personalidade Jurídica. Grupos Econômicos. Bens. Fraude. Execução. Responsabilidade. Patrimônio. Boa-fé.

Abstract

This thesis aims to study the incident of piercing the corporate veil, inserted by Law 13.105/2015 (Civil Procedure Code), as well as the accountability of economic groups for the company's debt originating. Furthermore, the institute's financial liability will be analyzed, and the recognition of fraud in order to guarantee the due performance of the debt and the creditor satisfaction, sometimes called the judgment creditor by the new CPC. This exhibition presents the differences between the institutes fraud enforcement and fraud against creditors, and any third-party assets that are subject to executive accountability, according to the new Civil Procedure Code. As a general objective, there is a search for procedural solutions in order to ensure the effectiveness of the enforcement of the judgment or execution to pay a certain amount. Enters is, therefore, the protection of third party purchaser in good faith and the event also provided for in the new Code, the dynamic distribution of the burden of proof. Finally, we use the deductive method to the procedure by the doctrine of analysis and case law on the subject, in order to ensure the effectiveness of the executive process to the satisfaction of the lender/creditor.

Keywords: Disregard. Legal Personality. Economic Groups. Assets. Fraud. Execution. Responsibility. Equity. Good faith.

Lista de abreviaturas e siglas

CPC	Código de Processo Civil
CF	Constituição Federal
CC	Código Civil
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CTN	Código Tributário Nacional
FPPC	Fórum Permanente Processualistas Cíveis
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça

Sumário

	Introdução	9
1	INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	11
1.1	Conceito	11
1.2	Hipóteses de Desconsideração Para Fins de Atribuição de Responsabilidade	13
1.2.1	Abuso de Direito, Fraude à Lei, Desvio de Finalidade e Confusão Patrimonial	13
1.3	Procedimento	15
1.4	Desconsideração em Sentido Inverso	20
1.5	Modelo Constitucional de Processo	21
1.6	Grupos Econômicos	21
1.6.1	Conceito	22
1.6.2	Hipóteses	22
2	RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL SECUNDÁRIA	28
2.1	Bens do Sucessor	29
2.2	Bens dos Sócios de Sociedade	29
2.3	Do devedor, ainda que em poder de terceiros	30
2.4	Do cônjuge ou companheiro, nos casos em que seus bens próprios ou de sua meação respondem pela dívida	31
2.5	Alienados ou gravados em fraude à execução	33
2.6	Bens de Terceiros adquiridos em Fraude ao Credor	34
2.7	Meios de Defesa do Responsável Patrimonial Secundário	34
3	FRAUDE À EXECUÇÃO	37
3.1	Diferenças e Semelhanças entre os institutos de fraude à execução e fraude contra credores	40
3.1.1	Semelhanças	40
3.1.2	Diferenças	41
3.1.3	Boa-fé do terceiro adquirente, Súmula 375 do STJ e a Lei 13.097/2015	42
3.1.4	Aplicação da distribuição dinâmica do ônus da prova	48
3.1.5	Bens Impenhoráveis	50
3.1.5.1	Bens absolutamente impenhoráveis	50
3.1.5.2	Impenhorabilidade Relativa	57

3.1.5.3	Impenhorabilidade do Bem de Família	57
----------------	--	-----------

	Referências Bibliográficas	63
--	---	-----------

Introdução

O Código de Processo Civil, em vigor desde março deste ano, trouxe muitas inovações na busca de um processo efetivo, de forma a ser um instrumento hábil à prestação de uma justiça célere e eficaz.

Assim, não basta a mera satisfação moral de uma sentença favorável; faz-se necessário que o vencido cumpra sua obrigação ou pague o equivalente. Dessa forma, se o devedor não possuir bens penhoráveis restará frustrada a satisfação do crédito.

Nesse contexto, o direito deve prever os remédios jurídicos eficazes para concretização do direito do credor. Portanto, o Código de Processo Civil prevê no artigo 790 a responsabilidade patrimonial secundária, ou seja, terceiros serão responsabilizados pelo débito alheio com seu patrimônio; e no artigo 792 prevê o instituto da fraude à execução como mecanismo eficaz para a efetividade da prestação jurisdicional. Dessa forma, se pendente demanda judicial e os bens são desviados pelo devedor, adota-se o mecanismo da ineficácia, ou seja, a alienação não opera qualquer efeito do processo em curso.

Mais do que uma garantia à satisfação do direito da parte, o instituto da fraude à execução representa a vedação do sistema jurídico à prática de atos de esvaziamento do patrimônio pelo devedor, citado em demanda judicial.¹

O presente trabalho abordará os meios jurídicos para defesa dos adquirentes de boa-fé, que apresenta-se como uma questão controvertida no instituto da fraude à execução.

Este trabalho tem como objetivo discutir também a desconsideração da personalidade jurídica para responsabilização dos sócios pelos débitos da sociedade.

O estudo do tema tem apresentado grande importância, sobretudo na época em que vivemos, de instabilidades políticas e econômicas.

Durante a vigência do CPC/1973, não eram raros os casos em que a inclusão de pessoa jurídica diversa no polo passivo da lide, se dava com base em informações trazidas unilateralmente pela parte exequente. Mais ainda, muitas vezes o patrimônio da empresa era imediatamente constrito, sem que ao menos fosse assegurada a sua prévia citação e intimação para pagamento voluntário do débito.

Neste contexto, o Código de Processo Civil de 2015 prevê a instauração do *incidente de desconsideração da personalidade jurídica*, como forma de preservação de direitos constitucionalmente assegurados: contraditório e ampla defesa.

O processo executivo deve priorizar a satisfação do débito em favor do exequente.

¹ PEÑA, R. C. S. **Fraude à Execução**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

Lado outro, todos os sujeitos do processo deverão respeitar os princípios da lealdade e boa-fé processual, previsto no artigo 5º do CPC/2015.

1 Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica

O novo *codex* previu o incidente de desconsideração da personalidade jurídica dentro do título relativo à intervenção de terceiros, nos artigos 133 a 137.

A desconsideração da pessoa jurídica visa proteger terceiros do uso ilícito do princípio da autonomia patrimonial entre as esferas da pessoa jurídica e de seus sócios.¹

Estudaremos, nesse capítulo as principais características processuais deste procedimento, considerando que a Lei 13.105/2015 não criou uma nova hipótese de desconsideração da personalidade jurídica, uma vez que as regras que a viabilizam, continuarão sendo aquelas previstas nas leis materiais.

Como pode-se perceber, o mecanismo da desconsideração foi consagrado em nossos dispositivos legais recentemente, e devido a este fato, nos deparamos com uma jurisprudência oscilante no tocante à sua aplicação, o que tornava necessária a inserção deste dispositivo no Novo CPC (lei 13.105/15). Neste ponto, cumpre ressaltar dois elementos do emprego deste dispositivo que ainda não encontravam alicerces estáveis em nossa legislação. O primeiro deles aparece com o intuito de reforçar que não se trata de ato arbitrário do juiz, posto que devem ser observadas as formalidades legais para seu correto emprego, que serão ratificadas e melhor delimitadas pelo novo diploma processual, como veremos em seguida. Em segundo lugar, a aplicação deste instituto não constitui, de forma alguma, causa de extinção da pessoa jurídica. Embora se esteja penetrando o véu que a envolve, a aplicação deste incidente somente deixa de lado, temporariamente, a distinção entre as pessoas dos sócios e a pessoa jurídica que conformam.²

1.1 Conceito

O Direito reconhece personalidade às pessoas jurídicas, ou seja, capacidade de ser sujeito de direitos e obrigações a algumas entidades criadas pelo homem para realizarem melhor determinados fins; e em determinadas situações essa personalidade pode ser desconsiderada para atingir aos seus componentes.

O primeiro caso conhecido de desconsideração se deu pelo famoso Juiz MARSHALL, nos EUA, em 1809, no caso BANK OF UNITED STATES X DEVEAUX, para preservar a Jurisdição Federal sobre as *corporations*, eis que aquela corte só podia atuar em casos envolvendo cidadãos de estados diferentes, conforme art. 3º, Seção 2ª, da Constituição Americana. GERCI GIARETA aponta como sendo a decisão tomada no caso UNITES v. LEHIGH VALEY R. R. Co, de 1911. É contudo considerado *leading case* da desconsideração o caso inglês Salomon x Salomon & Co., em que Salomon transferiu todo o seu patrimônio para uma empresa formada com mais 6

¹ EMAGIS. **Novo CPC: O incidente de desconsideração da personalidade jurídica**. 2015. Disponível em: <<http://www.emagis.com.br>>. Acesso em: 14 de novembro de 2016.

² KÜMPEL, V. F. **A desconsideração da personalidade Jurídica no novo CPC**. 2015. 31 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br>>. Acesso em: 31 de outubro de 2016.

parentes, figurando como seu credor privilegiado. Contudo, além de não ser o caso mais antigo, a decisão foi reformada pela House of Lords, que entendeu constituída validamente a empresa, sendo credor privilegiado Salomon. Tal decisão constituiu precedente obrigatório, no entanto criando mais dificuldades à desconsideração do que vantagens.³

Passemos ao conceito da desconsideração da personalidade jurídica, segundo Gilberto Bruschi:

A desconsideração da personalidade jurídica pode ser conceituada como um meio de repressão à frustração da atividade executiva, caracterizado pela decretação da inoponibilidade (ineficácia relativa) do limite patrimonial da pessoa jurídica, permitindo que sejam atingidos os bens de seus sócios, ex-sócios, acionistas, ex-acionistas, administradores, ex-administradores e sociedades do mesmo grupo econômico; ou ainda, que sejam atingidos os bens da pessoa jurídica por obrigações contraídas por eles, no caso da chamada “desconsideração inversa da personalidade jurídica”.⁴

Outrossim, a pessoa jurídica deverá manter-se no mercado capitalista, sem contudo, deixar de lado a sua função social dentro do Estado Social e Democrático de Direito. Isto significa que a empresa não pode visar ao lucro, tao-somente, em detrimento do bem-estar social e coletivo.⁵

Na doutrina brasileira, que absorveu o trabalho pioneiro do alemão Rolf Serick dos anos 50 do século XX, a desconsideração da personalidade jurídica é vista como um remédio para a disfuncionalidade da pessoa jurídica. De um modo quase uniforme, a doutrina vê a função social da propriedade como fundamento para a desconsideração da personalidade jurídica. [...] A chamada função social da pessoa jurídica (função social da empresa) é corolário da função social da propriedade. Se assim é, o caráter de instrumentalidade implica o condicionamento do instituto ao pressuposto do atingimento do fim jurídico a que se destina. Qualquer desvio ou abuso deve dar margem para a aplicação da sanção contida na desconsideração da personalidade jurídica, segundo a doutrina brasileira.⁶

Portanto, não se trata de hipótese de extinção, liquidação ou dissolução da pessoa jurídica (v.g falência e dissolução de sociedade), uma vez que a sociedade continua existindo “tendo apenas o seu limite patrimonial desconsiderado [...], para que a responsabilidade pelo cumprimento forçado de determinada obrigação recaia sobre bens presentes tanto no patrimônio da sociedade quanto no do sócio”.⁷

De outro lado, já foi dito por vários autores, é característica essencial da técnica de *durchgriff* (desconsideração da personalidade jurídica) a provocação de uma mera

³ CANDEIA, R. Revista da procuradoria-geral do estado / procuradoria-geral do estado do rio grande do sul. v. 9, n. 24 (1979), jul/dez 2011. p. 118.

⁴ BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 138.

⁵ AMARAL, C. R. M. do. **A função social da empresa diante da constitucionalização do Direito**. 2011. 19 de julho de 2011. Disponível em: <www.direitonet.com.br>. Acesso em: 14 de novembro de 2016.

⁶ JUNIOR, F. D. **Curso de Direito Processual Civil Introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo de Conhecimento**. 17. ed. Salvador: Editora Jus Podivm, 2015. p. 518.

⁷ BRUSCHI; NOLASCO; AMADEO, 2016, loc. cit.

supressão de eficácia da personalidade jurídica, que de resto continua viva e atuante e capaz, fora do caso concreto.⁸

A doutrina e a jurisprudência estrangeiras formaram o entendimento de que a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica não implica anulação da pessoa jurídica mas apenas a suspensão da eficácia de sua autonomia patrimonial em cada caso, com o intuito de atingir o patrimônio do sócio, para proteger, ainda que indiretamente, o próprio Estado e normas superiores.⁹

1.2 Hipóteses de Desconsideração Para Fins de Atribuição de Responsabilidade

Passaremos agora à análise das hipóteses de desconsideração comumente aceitas na doutrina e legislação.

1.2.1 Abuso de Direito, Fraude à Lei, Desvio de Finalidade e Confusão Patrimonial

O Direito Brasileiro adotou a *teoria maior* da desconsideração da personalidade jurídica, prevista no artigo 50 do Código Civil de 2002:

Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

Ou seja, somente é possível a desconsideração da personalidade jurídica quando verificado o desvio de finalidade (teoria maior subjetiva da desconsideração), caracterizado pelo ato intencional dos sócios de fraudar terceiros com o uso abusivo da personalidade jurídica; ou quando evidenciada a confusão patrimonial, na qual não há separação entre patrimônio da pessoa jurídica e os de seus sócios (teoria maior objetiva da desconsideração).¹⁰ “Não confundir com a despersonalização, que é sanção de extinção da pessoa jurídica, que pode ser aplicada, por exemplo, quando se cria uma associação para fins lícitos.”¹¹ Nesse sentido, vem se posicionando a jurisprudência:

A desconsideração da personalidade jurídica configura-se como medida excepcional. Sua adoção somente é recomendada quando forem atendidos os pressupostos específicos relacionados com a fraude ou abuso de direito estabelecidos no artigo 50 do CC/2002. Somente se forem verificados os requisitos de sua incidência, poderá o juiz,

⁸ MARTINS, I. G. da S. **Grupos Econômicos Pesquisas Tributárias**. Porto Alegre: Editora Magister, 2015. p. 370 a 380.

⁹ BIANQUI, P. H. T. **Desconsideração da Personalidade Jurídica no Processo Civi**. [S.l.]: Editora Saraiva, 2011. p. 32.

¹⁰ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 970.635/SP**. Brasília: [s.n.], 10 de novembro de 2009 DJe. 3ª T., Relator: Min. Nancy Andrighi. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 21 de setembro de 2016.

¹¹ JUNIOR, F. D. **Curso de Direito Processual Civil Introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo de Conhecimento**. 17. ed. Salvador: Editora Jus Podivm, 2015. p. 513.

no próprio processo de execução, 'levantar o véu' da personalidade jurídica para que o ato da expropriação atinja os bens da empresa.^{12,13}

Outras Leis também adotaram a *teoria maior* da desconsideração da personalidade jurídica, *verbi gratia* o artigo 34 da Lei de Defesa da Ordem Econômica (Lei 12.529/2011) e o artigo 14 da Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013):

Art. 14. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para para comprovar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.

Contudo, o artigo 28, § 5º do CDC e o artigo 4º da Lei de Defesa ao Meio Ambiente (Lei 9.605/1998), preveem a aplicação da *teoria menor* da desconsideração da personalidade jurídica como exceção no ordenamento jurídico brasileiro:¹⁴

Art. 28 [...]

§ 5º Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.¹⁵

Entretanto, conforme acima exposto, é entendimento pacífico na doutrina brasileira que deve ser comprovada a prática de ato irregular pelo sócio para que seja desconsiderada a personalidade jurídica. Assim, os atos realizados com abuso de direito, excesso de poder, infração à Lei ou ao Estatuto Social são atos ilícitos.

O código Civil de 2002 em seu artigo 187 dispõe quanto ao abuso de direito: “também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes”.

A doutrina diferencia os institutos da fraude e do abuso de direito:

Há *fraude à lei* com a realização, por meios lícitos, de fins que ela não permite sejam atingidos diretamente, por adversos à sua disposição. No abuso de direito, ocorre

¹² Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 948.117/MS**. Brasília: [s.n.], 22 de junho de 2010 DJe. 3ª T., Relator: Min. Nancy Andrighi. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 17 de setembro de 2016.

¹³ A mudança de endereço da empresa executada associada à inexistência de bens capazes de satisfazer o crédito pleiteado pelo exequente não constituem motivos suficientes para a desconsideração da sua personalidade jurídica. Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 970.635/SP**. Brasília: [s.n.], 10 de novembro de 2009 DJe. 3ª T., Relator: Min. Nancy Andrighi. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 21 de setembro de 2016.

¹⁴ BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 141.

¹⁵ Tratando-se de relação consumerista, é possível a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresária ante sua insolvência para o pagamento de suas obrigações, independentemente da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial. Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no AREsp 511.744/SP**. Brasília: [s.n.], 24 de março de 2015 DJe. 3ª T., Relator: Min. João Otávio de Noronha. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 03 de outubro de 2016.

apenas irregularidades no exercício, da qual resulta dano ou constrangimento para terceiro.¹⁶

A fraude e o abuso são os casos mais tratados acerca da aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica que os tribunais mais se dedicaram a decidir e que as legislações mais se preocuparam em positivizar, pois em quase todos os dispositivos legais brasileiros constam essas hipóteses.¹⁷

Já o desvio de finalidade está correlacionado com o princípio da tipicidade do direito administrativo. Silva afirma que “desvia-se da finalidade não só o ato praticado de modo alheio ao interesse público, mas quando busca uma finalidade — ainda que de interesse público — alheia à característica do ato [típico administrativo] que utilizou”.¹⁸

Os parâmetros utilizados para verificação da *finalidade* no âmbito societário são o interesse social e o *objeto social*, que consiste na atividade descrita nos atos constitutivos da sociedade para atingir o seu fim.¹⁹

Diferente da situação acima, em que a desconsideração decorre da prática um ato ilícito, é a hipótese em que há falência, insolvência, encerramento ou a inatividade da sociedade por má administração de seus sócios. A má administração é mais ampla, indo além da prática de atos ilícitos, o que dá ainda maior margem de liberdade ao julgador.^{20,21}

Por fim, a confusão patrimonial é outro requisito fundamental para a desconsideração da personalidade jurídica. Nesse passo, para fins de instrução probatória, deve-se verificar a existência de bens pessoais dos sócios registrados em nome da sociedade ou a realização de pagamentos, pela sociedade, de contas pessoais dos sócios.

“Em razão de alteração constante constante de sócios e transferência de bens, plenamente cabível a desconsideração da personalidade jurídica a fim de se resguardarem os interesses do credor.”²²

1.3 Procedimento

O novo Código de Processo Civil arrolou como *figura de intervenção de terceiros* o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, previsto no artigo 133 e seguintes, que seguem:

¹⁶ SILVA, L. T. da. **Abuso da Desconsideração da Personalidade Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2014., p. 54 apud GOMES, O. **Introdução ao Direito Civil**. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1998.

¹⁷ BIANQUI, P. H. T. **Desconsideração da Personalidade Jurídica no Processo Civi**. [S.l.]: Editora Saraiva, 2011. p. 45.

¹⁸ Ibid., p. 56 apud MELLO, C. A. B. de. **Curso de Direito Administrativo**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

¹⁹ Ibid., p. 54.

²⁰ BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 143.

²¹ Nesse sentido, o Enunciado 282 do CEJ/CJF: “Art. 50. O encerramento irregular das atividades da pessoa jurídica, por si só, não basta para caracterizar abuso de personalidade jurídica.” Ibid., p. 143 e 144.

²² Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no AREsp 231. 558/PR**. 18 de dezembro de 2014. 4^aT., Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

Art. 133. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.

§ 1º O pedido de desconsideração da personalidade jurídica observará os pressupostos previstos em lei.

§ 2º Aplica-se o disposto neste Capítulo à hipótese de desconsideração inversa da personalidade jurídica.

Art. 134. O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

§ 1º A instauração do incidente será imediatamente comunicada ao distribuidor para as anotações devidas.

§ 2º Dispensa-se a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.

§ 3º A instauração do incidente suspenderá o processo, salvo na hipótese do § 2º.

§ 4º O requerimento deve demonstrar o preenchimento dos pressupostos legais específicos para desconsideração da personalidade jurídica.

Art. 135. Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 136. Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por decisão interlocutória. Parágrafo único. Se a decisão for proferida pelo relator, cabe agravo interno.

Art. 137. Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente.

A desconsideração da personalidade jurídica será autuada em apartado e distribuída por dependência aos autos principais, entretanto, se requerida com a petição inicial, será desnecessária a instauração do incidente, conforme artigo 134, parágrafo 2º do CPC.

O Fórum Permanente de Processualistas Civis, editou o Enunciado 248, quanto ao requerimento da desconsideração na petição inicial: “Quando a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, incumbe ao sócio ou a pessoa jurídica, na contestação, impugnar não somente a própria desconsideração, mas também os demais pontos da causa.”²³

Em sentido contrário à instauração do incidente em autos apartados, segue a jurisprudência do E. STJ:

A superação da pessoa jurídica afirma-se como um incidente processual e não como um processo incidente, razão pela qual pode ser deferida nos próprios autos, dispensando-se também a citação dos sócios, em desfavor de quem foi superada a pessoa jurídica, bastando a defesa apresentada a posteriori, mediante embargos, impugnação ao cumprimento de sentença ou exceção de pré-executividade.²⁴

Bruschi, Amadeo e Nolasco não recomendam o requerimento do incidente na petição inicial:

²³ MEDINA, J. M. G. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 227.

²⁴ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1096604/DF**. Brasília: [s.n.], 16 de outubro de 2012. 4ª T., Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Acesso em: 14 de novembro de 2016.

Não aconselhamos o requerimento na inicial, já que o procedimento pode ser mais lento do que via incidente, uma vez que, salvo na hipótese de haver julgamento antecipado parcial do mérito (exceção à regra geral) o pedido será julgado apenas na sentença, ensejando recurso de apelação, recebido em seu efeito suspensivo.²⁵

Nos termos do artigo 133, *caput* do CPC, não é possível a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica *ex officio*.

Quanto às partes legitimadas são:

- a) processo de conhecimento: autor
- b) processo de cumprimento de sentença e execução de título extrajudicial: exequente

Podem surgir situações em que o também réu possa se valer utilmente da desconsideração da personalidade jurídica. Imagine-se, por exemplo, o caso de um avalista, que tenha sido incluído no polo passivo do processo diante da já sabida insuficiência de bens da pessoa jurídica devedora principal. Pode esse avalista utilizar o incidente para demonstrar que a insolvência da devedora principal decorre de ato ilícito de um sócio e pretender que, por força da desconsideração da personalidade jurídica, os bens desse sócio respondam antes de poderem ser executados bens dele, avalista. Outra situação inusitada, mas perfeitamente possível no sistema do Código de Processo Civil de 2015, é o caso do embargante, autor no processo incidental de embargos de terceiro, se valer do incidente (ou formular o pedido de desconsideração da personalidade jurídica na própria inicial dos embargos de terceiro).²⁶

O artigo 134 prevê que é cabível o incidente de desconsideração na fase do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e no processo de execução fundado em título executivo extrajudicial.

Nos termos do art. 1062 do CPC/2015 “O incidente de desconsideração da personalidade jurídica aplica-se ao processo de competência dos juizados especiais”.

Lado outro, a responsabilidade tributária dos sócios, prevista pelo artigo 135 do CTN não configura caso de desconsideração da personalidade jurídica. Nesse sentido, o Fórum de Execuções Fiscais da Segunda Região (Forexec), edição 2015, reunindo juízes federais atuantes nas varas federais especializadas em execuções fiscais, aprovou o Enunciado de número 6, dispondo que “a responsabilidade tributária regulada no artigo 135 do CTN não constitui hipótese de desconsideração da personalidade jurídica, não se submetendo ao incidente previsto no artigo 133 do CPC/2015.”²⁷

“O artigo 4º da LEF e o próprio art. 779, VI, do CPC/2015 (nos mesmos moldes do art. 568, V, CPC/1973), reconhecem que o responsável tributário é legitimado passivo da execução.”²⁸

²⁵ BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 174.

²⁶ *Ibid.*, pp. 160 e 161.

²⁷ QUEIROZ, R. de L. S. **Incidente de desconsideração da PJ deve ser afastado em execução fiscal**. 2016. 7 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br>>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

²⁸ *Ibid.*, p. 165.

Nos termos do artigo 134, §§ 1º e 3º do CPC/2015, o juiz determinará a suspensão do processo, bem como a anotação do nome do legitimado no distribuidor.

“Além da anotação no registro do distribuidor, o que já ocorria, por exemplo, na Justiça Estadual paulista em razão do Provimento CG 24/2006 do TJSP, é possível, ainda, ao interessado pleitear a averbação prevista no art. 54, IV, da Lei 13.097/2015.”²⁹

Após a instauração do incidente, os sócios serão citados para manifestação, conforme artigo 135 do CPC. Lado outro, na hipótese de pedido de desconsideração da personalidade inversa em ação movida contra sócio, será citada a pessoa jurídica, em observância ao princípio do contraditório.³⁰

Outrossim, quanto à responsabilização dos *ex-sócios* na desconsideração da personalidade jurídica, há divergências jurisprudenciais.

Para Bruschi, Nolasco e Amadeo, é possível a extensão ao sócio anterior ou mesmo para sócio que se desligou há mais tempo da empresa. Se a empresa estiver com dívidas oriundas de débitos ocorridos anteriormente à transferência de cotas ou ações para o sócio que figura no contrato social no momento da desconsideração, e não foram encontrados bens penhoráveis do sócio atual, será possível responsabilizar os ex-sócios pelos débitos.³¹

Nesse sentido:

Embargos de Terceiro. Propositura pelo ex-sócio. Execução interposta contra a sociedade. Desconsideração da personalidade jurídica. Comprometimento de bens. Considerações sobre o conceito e os pressupostos da teoria, como medida excepcional de composição da lide. Obstáculo à satisfação do crédito configurado. Admissibilidade. Ausência de demonstração da existência de bens em nome da sociedade e dos atuais sócios, capazes de assegurar o andamento da execução. Responsabilização do antigo sócio, ainda que subsidiariamente, pois ainda integrava os quadros societários no momento em que constituídas as dívidas. Improcedência dos embargos. Decisão incensurável. Apelação improvida.³²

Entretanto, em sede de Execução Fiscal, a primeira Turma do E.STJ entende que para inclusão no polo passivo o sócio-administrador deverá ter participado dos quadros societários, com poderes de gerência, à época dos fatos geradores e à época da dissolução irregular.

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. INCLUSÃO DE SÓCIO NO PÓLO PASSIVO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ACOLHIMENTO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA EMPRESA EXECUTADA. EXERCÍCIO DA GERÊNCIA À ÉPOCA DO FATOS GERADORES E PERMANÊNCIA NO QUADRO SOCIETÁRIO NO MOMENTO DA DISSOLUÇÃO IRREGULAR. 1. O Superior Tribunal de Justiça

²⁹ BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016., p. 175.

³⁰ MEDINA, J. M. G. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 228.

³¹ BRUSCHI; NOLASCO; AMADEO, op. cit., p. 149.

³² Brasil. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Ap. 0056491-54.2011.8.26.0224**. São Paulo/SP: [s.n.], 02 de abril de 2013 DJe. 17ª Câm. Direito Privado., Relator: Des. Luiz Sabbato. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/>>. Acesso em: 28 de setembro de 2016.

consolidou o entendimento de que os sócios só respondem pelo não recolhimento de tributo quando a Fazenda Pública demonstrar que agiram com excesso de poderes, infração à lei, contrato social ou estatuto, ou ainda no caso de dissolução irregular da empresa. 2. Hipótese em que o ex-sócio incluído no pólo passivo da execução fiscal, embora tenha exercido a gerência no momento do fato gerador, já havia se retirado do quadro societário quando da dissolução irregular da empresa executada. 3. O redirecionamento da execução fiscal ao sócio pressupõe a respectiva permanência no quadro societário ao tempo da dissolução irregular. Além disso, o redirecionamento não pode alcançar os créditos cujos fatos geradores são anteriores ao ingresso do sócio na sociedade. 4. Fundamentado o pedido de redirecionamento da execução fiscal na dissolução irregular da empresa executada, é imprescindível que o sócio contra o qual se pretende redirecionar o feito tenha exercido a função de gerência no momento dos fatos geradores e da dissolução irregular da sociedade. 5. Precedentes: AgRg no REsp nº 1.497.599/SP, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 26/02/2015; AgRg no Ag nº 1.244.276/SC, Relator Ministro Sérgio Kukina, DJe 04/03/2015 e AgRg no REsp nº 1.483.228/SP, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 18/11/2014. 6. Esta Corte tem entendimento de que não ocorre preclusão pro judicato, perante as instâncias ordinárias, acerca de questão de ordem pública. 7. Agravo regimental desprovido.³³

Quanto ao artigo 136, não há correspondência legislativa no CPC/1973.³⁴ O artigo 136 dispõe que após a conclusão da instrução, o incidente será resolvido por decisão interlocutória. “Se o incidente for instaurado em grau recursal e for decidido pelo relator (cf. art. 932, IV, do CPC/2015), o recurso cabível será o agravo interno ao órgão colegiado a que pertencer o relator (art. 136 do CPC/2015)³⁵

O recurso cabível contra a decisão que acolheu ou rejeitou o pedido de desconsideração é o *agravo de instrumento*.

Caso o pedido (feito na petição inicial, por exemplo) seja resolvido na sentença, caberá apenas apelação - ainda que a sentença tenha dois ou mais capítulos distintos. A decisão que julga procedente ou improcedente o pedido de desconsideração, por fazer “juízo sobre a existência ou a inexistência ou o modo de ser da relação de direito material objeto da demanda”, é considerada decisão de mérito, sujeita a ação rescisória. (STJ, REsp 784.799/PR, Rel. Ministro Teori Zavascki, 1ª T., j. 17.12.2009).³⁶

Por fim, o artigo 137 dispõe que a alienação ou oneração de bens realizada em fraude à execução é considerada ineficaz, em relação àquele que pediu a desconsideração, ou seja, à parte ou ao Ministério Público.

³³ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **AGARESP 201403395163**. Brasília: [s.n.], 23 de setembro de 2015 DJe. 1ª T., Relator: Desembargador convocado do TRF da 1ª região Olindo Menezes. Acesso em: 14 de novembro de 2016.

³⁴ NERY JÚNIOR, N.; ANDRADE, R. M. **Código de Processo Civil Comentado**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 627.

³⁵ BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 176.

³⁶ MEDINA, J. M. G. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 228.

1.4 Desconsideração em Sentido Inverso

Na desconsideração em sentido inverso, são os bens sociedade que respondem pelas dívidas dos sócios, desde que comprovado que a sociedade era usada como forma de proteção do patrimônio do sócio.

Foi proferida decisão nesse sentido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, nos autos da Ação nº 33.453/01, em sede de Agravo de Instrumento, contra decisão proferida pelo Juiz da 16ª Vara Cível de São Paulo. O juízo *a quo* rejeitou o pedido de desconsideração inversa por não haver previsão legal para aplicação do instituto. Em sede de antecipação da tutela recursal, foi determinada a penhora *on line* das cotas das sociedades Hyundai Caoa do Brasil Ltda. e Caoa Montadora de Veículos S/A, em decorrência de dívida de honorários advocatícios de seu controlador indireto.³⁷

Em sentido contrário à decisão acima:

Nosso entendimento vai ao encontro da decisão acima. A desconsideração em sentido inverso deve sempre ser admitida quando a atribuição de patrimônio à pessoa jurídica constitui apenas uma forma de impedir a satisfação de credores pessoais do sócio. O pressuposto central nesse caso é a disfunção do patrimônio atribuído à sociedade. Ou seja, quando o patrimônio atribuído à sociedade não tem qualquer relevância à consecução do objeto social que lhe foi atribuído - *patrimônio disfuncional* - deve-se determinar a ineficácia da separação patrimonial para que a sociedade responda pelas dívidas de seu sócio.³⁸

Outra questão que se apresenta, como argumento contrário à desconsideração inversa, é a possibilidade da penhora de cota sociais.

“É muito mais razoável que ocorra a desconsideração em sentido inverso, com a execução sobre o patrimônio disfuncional, do que a penhora de quotas, na qual a apuração de haveres, muitas vezes, poderá recair sobre patrimônio utilizado na atividade empresarial da sociedade”.³⁹

A desconsideração inversa da personalidade jurídica caracteriza-se pelo afastamento da autonomia patrimonial da sociedade, para contrariamente do que ocorre na desconsideração da personalidade propriamente dita, atingir o ente coletivo e seu patrimônio social, de modo a responsabilizar a pessoa jurídica por obrigações do sócio controlador. Considerando-se que a finalidade da *disregard doctrine* é combater a utilização indevida do ente societário por seus sócios, o que pode ocorrer também nos casos em que o sócio controlador esvazia o seu patrimônio pessoal e o integraliza na pessoa jurídica, conclui-se, de uma interpretação teleológica do art. 50 do CC/2002, ser possível a desconsideração inversa da personalidade jurídica, de modo a atingir bens da sociedade em razão de dívidas contraídas pelo sócio controlador, conquanto preenchidos os requisitos da norma.⁴⁰

[...] É possível a desconsideração inversa da personalidade jurídica sempre que o cônjuge ou companheiro empresário valer-se de pessoa jurídica por ele controlada, ou de interposta pessoa física, a fim de subtrair do outro cônjuge ou companheiro direitos oriundos da sociedade efetiva.⁴¹

³⁷ SILVA, L. T. da. **Abuso da Desconsideração da Personalidade Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 31.

³⁸ SILVA, 2014, loc. cit.

³⁹ Ibid., p. 32.

⁴⁰ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 948.117/MS**. Brasília: [s.n.], 22 de junho de 2010 DJe. 3ª T., Relator: Min. Nancy Andrighi. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 17 de setembro de 2016.

⁴¹ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.236.916**. Brasília: [s.n.], 28 de outubro de 2013 DJe. 3ª T., Relator: Min. Nancy Andrighi. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 16 de setembro de 2016.

1.5 Modelo Constitucional de Processo

A criação do incidente de desconsideração da personalidade jurídica pelo Código de Processo Civil de 2015, veio com o intuito de valorizar, ainda mais, o princípio do contraditório, consagrado na Constituição Federal de 1988:

Art. 5º [...]: LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal; LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Assim, para evitar decisões precipitadas atinentes à desconsideração da personalidade jurídica, na grande maioria das vezes sem ouvir o sócio que sofrerá os efeitos prejudiciais da execução sobre seu patrimônio, o novo Código de Processo Civil preconiza, no artigo 9º, que: “Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que esta seja previamente ouvida”.

Assim, o CPC de 2015 rompeu com o sistema anterior, no qual o exercício do contraditório era postergado para eventual processo incidental, com a oposição dos Embargos de Terceiro, bem como dispensou a instauração de um processo autônomo para decretação da desconsideração da personalidade jurídica.⁴²

Portanto, “a partir da vigência do CPC de 2015, toda a desconsideração da personalidade jurídica está condicionada à prévia oportunidade de exercício do contraditório por meio do incidente de desconsideração da personalidade jurídica”.⁴³

Sem sombra de dúvidas, com o advento do novo Código de Processo Civil, a inclusão imediata de pessoa jurídica diversa no polo passivo da execução, seja por eventual sucessão empresarial ou pela formação de grupo econômico, ainda que demonstrado os requisitos materiais para tanto, passou a representar flagrante ofensa ao devido processo legal.

1.6 Grupos Econômicos

Nos termos do novo Código de Processo Civil, é cabível a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na hipótese de configuração de *grupos econômicos*, a fim de comprovar a confusão patrimonial, abuso de direito e/ou fraude à execução.

Comumente, as pessoas físicas e jurídicas são utilizadas pela devedora originária como fachada para suas atividades, a fim de desviar bens e recursos do alcance de seus credores, especialmente fiscais, merecendo por isso a desconsideração da personalidade jurídica das empresas envolvidas, ante a evidente simulação de contrato de empresa e sua utilização para fins ilícitos.

⁴² BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016., p. 59.

⁴³ Ibid., p. 165.

A mais antiga referência a grupo econômico ou grupo de empresas está na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, artigo 2º, § 2º:

Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço. (...) § 2º - Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.

1.6.1 Conceito

Marilene Talarico Martins Rodrigues define o grupo econômico: “Trata-se de um conjunto de sociedades empresariais que se unem com o objetivo de aumentar o lucro e a produtividade, diminuir os custos e, assim, garantir a posição no mercado”.⁴⁴

Para José Eduardo Soares de Melo, grupos econômicos são:

Empresas pertencentes aos mesmos titulares (pessoas naturais ou jurídicas) podem realizar atividades diversificadas, para melhor otimização de seus objetivos societários (fornecimento de bens, serviços, obtenção de lucros), sob orientação central, mediante a utilização de imóveis, equipamentos e atividades administrativas.⁴⁵

Grupo econômico pressupõe a existência de duas ou mais pessoas jurídicas de direito privado, pertencentes às mesmas pessoas, não necessariamente em partes iguais ou coincidindo os proprietários, compondo um conjunto de interesses econômicos subordinados ao controle do capital. (...) O importante, na caracterização da reunião dessas empresas, é o comando único, a posse de ações ou quotas capazes de controlar a administração, a convergência de políticas mercantis, a padronização de procedimentos e, se for o caso, mas sem ser exigência, o objetivo comum.⁴⁶

1.6.2 Hipóteses

Nos termos do artigo 50 do Código Civil:

Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

Entretanto, a simples falta de pagamento do tributo, não configura hipótese de redirecionamento válido para a pessoa dos sócios e para o grupo econômico, sendo necessária a comprovação de *ato ilícito contrário ao contrato social ou estatutos da empresa*.

⁴⁴ MARTINS, I. G. da S. **Grupos Econômicos Pesquisas Tributárias**. Porto Alegre: Editora Magister, 2015. p. 265.

⁴⁵ Ibid., p. 225.

⁴⁶ Ibid., p. 254 apud MARTINEZ, W. N. **Comentários à lei básica da previdência social**. 7. ed. São Paulo: Editora LTr, 2010.

Assim, quando a pessoa jurídica foi criada para o fim de desenvolver certa atividade econômica e não o faz (desvio de finalidade) ou a personalidade jurídica é usada para o fim de lesar os credores, sem que exista diferença patrimonial entre a pessoa jurídica e seus sócios (confusão patrimonial), a personalidade jurídica da sociedade pode ser afastada.

Com efeito, é pacífico, na jurisprudência, o entendimento de que fica caracterizada a formação de grupo econômico quando verificada a *confusão patrimonial* das empresas integrantes.

Contudo, também tem se posicionado o Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que deve haver interesse direto na situação que constitua o fato gerador da obrigação tributária.

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ISS. EXECUÇÃO FISCAL. PESSOAS JURÍDICAS QUE PERTENCEM AO MESMO GRUPO ECONÔMICO. CIRCUNSTÂNCIA QUE, POR SI SÓ, NÃO ENSEJA SOLIDARIEDADE PASSIVA. 1. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que decidiu pela incidência do ISS no arrendamento mercantil e pela ilegitimidade do Banco Mercantil do Brasil S/A para figurar no pólo passivo da demanda. 2. A Primeira Seção/STJ pacificou entendimento no sentido de que o fato de haver pessoas jurídicas que pertençam ao mesmo grupo econômico, por si só, não enseja a responsabilidade solidária, na forma prevista no art. 124 do CTN. Precedentes: EREsp 859616/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/02/2011, DJe 18/02/2011; EREsp 834044/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/09/2010, DJe 29/09/2010). 3. O que a recorrente pretende com a tese de ofensa ao art. 124 do CTN - legitimidade do Banco para integrar a lide -, é, na verdade, rever a premissa fixada pelo Tribunal de origem, soberano na avaliação do conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado ao Superior Tribunal de Justiça por sua Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental não provido.⁴⁷

A doutrina também se posicionado no sentido de que o mero interesse econômico não é suficiente:

(...) o que se exige é que haja interesse direto na situação que constitua o fato gerador da obrigação tributária, não bastando o mero interesse econômico conjunto no resultado da operação. Fosse assim, seria possível responsabilizar todos aqueles beneficiados de alguma forma pelos resultados positivos das operações realizadas pelas empresas, o que não se pode admitir em qualquer hipótese. Interesse comum, portanto, deve ser entendido como decorrência da ocupação de um mesmo polo da relação jurídica que deu ensejo ao fato gerador tributável.⁴⁸

O fundamento da responsabilização de pessoas jurídicas de um mesmo grupo econômico se assenta no disposto no artigo 124, I, do CTN, que estabelece a responsabilidade solidária mediante a constatação de “interesse comum que constitua o fato gerador da obrigação principal”. Cotejando-se este dispositivo com a linha jurisprudencial que trata da responsabilização, pode-se afirmar não ser suficiente que as pessoas jurídicas responsabilizadas tenham interesse comum comprovado, mas, sobretudo, que tenha havido participação ativa e conjunta na realização do fato gerador - isto é “o realizem conjuntamente”, caso contrário se tornaria ilegal o redirecionamento.⁴⁹

⁴⁷ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no Ag 1392703/RS**. Brasília: [s.n.], 14 de junho de 2011 DJe. 2ª T., Relator: Min. Mauro Campbell Marques. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

⁴⁸ MARTINS, I. G. da S. **Grupos Econômicos Pesquisas Tributárias**. Porto Alegre: Editora Magister, 2015. p. 163.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 202.

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ISS. LEGITIMIDADE PASSIVA. GRUPO ECONÔMICO. SOLIDARIEDADE. INEXISTÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. 1. A jurisprudência do STJ entende que existe responsabilidade tributária solidária entre empresas de um mesmo grupo econômico, apenas quando ambas realizem conjuntamente a situação configuradora do fato gerador, não bastando o mero interesse econômico na consecução de referida situação. 2. A pretensão da recorrente em ver reconhecido o interesse comum entre o Banco Bradesco S/A e a empresa de leasing na ocorrência do fato gerador do crédito tributário encontra óbice na Súmula 7 desta Corte. Agravo regimental improvido.⁵⁰

Nesse sentido, precedentes do Egrégio Tribunal Regional da 3ª Região, *in verbis*:

TRIBUTÁRIO. CAUTELAR FISCAL INCIDENTAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INOCORRÊNCIA. ACTIO NATA. GRUPO ECONÔMICO. CONFIGURAÇÃO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. EXTINÇÃO DA MEDIDA ACAUTELATÓRIA. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. INOCORRÊNCIA. LEVANTAMENTO DA INDISPONIBILIDADE NA VIA IMPRÓPRIA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO. RECURSOS IMPROVIDOS. 1- Atentando-se ao seu caráter auxiliar, a cautelar fiscal, em relação aos efeitos da recuperação judicial, submete-se à mesma sorte que ação principal. Quanto aos efeitos do pedido de recuperação judicial, tem-se que a execução fiscal não se suspende, tampouco se impõe a extinção, na forma do art. 6º, § 7º, da Lei n. 11.101/2005. 2- A existência de título executivo (CDA), comprobatório do crédito fiscal e os indícios de formação de grupo econômico, com práticas de sonegação fiscal autorizam o ajuizamento de medida cautelar incidental e justificam a indisponibilidade de bens dos integrantes de suposto grupo econômico, limitados ao valor do crédito exequendo no executivo fiscal correspondente. Incidência dos artigos 2º e 3º da Lei n. 8.397/92, com a redação dada pela Lei n. 9.532/97. 3- A indisponibilidade outra coisa não é senão medida cautelar inserta no poder geral de cautela do Judiciário. Não é expropriação do bem ou direito, mas apenas limitação do direito de deles dispor, para que resguardados à satisfação da dívida. 4- **É possível o reconhecimento da existência de grupo econômico quando diversas pessoas jurídicas exerçam suas atividades sob unidade gerencial, laboral e patrimonial, ou seja, com unidade de controle e estrutura meramente formal, e, ainda, quando se visualizar a confusão de patrimônio, fraude, abuso de direito e má-fé com prejuízo a credores.** 5- **Nesses casos, a responsabilidade tributária estende-se a todas as pessoas jurídicas integrantes do grupo econômico, tanto pela desconsideração da personalidade jurídica em virtude do desvio de finalidade e/ou confusão patrimonial (CC, art. 50), quanto pela existência de solidariedade decorrente da existência de interesse comum na situação que constitui o fato gerador da obrigação tributária (CTN, art. 124, II).** Precedentes iterativos jurisprudenciais do STJ e desta Corte Regional. 6- Hipótese em que a responsabilidade do grupo econômico não está fundada na mera falta de recolhimento das contribuições previdenciárias, mas em diversos atos praticados com o intuito de suprimir o recolhimento do tributo. 7- O prazo prescricional para a Fazenda Nacional postular pelo redirecionamento não se conta da citação inicial da empresa originalmente executada, mas, sim, da vinda aos autos do conjunto indiciário apto a configurar a formação de grupo econômico e a sucessão empresarial. 8- As regras tributárias dão respaldo à responsabilização das demandadas e, por consequência, à medida cautelar fiscal. 9- Os pedidos dos terceiros interessados, para levantamento da indisponibilidade sobre bens do grupo econômico, devem ser deduzidos nos autos do executivo fiscal, pelo juízo de origem, pena de supressão da instância. 10- Apelações não providas. Prejudicado o exame dos embargos declaratório opostos por Vanessa Correa Oliveira.⁵¹ (Grifo nosso.)

⁵⁰ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no AREsp 21.073/RS**. Brasília: [s.n.], 26 de outubro de 2011 DJe. 2ª T., Relator: Min. Humberto Martins. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 21 de setembro de 2016.

⁵¹ Brasil. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. **AC 09000031320054036182**. São Paulo/SP: [s.n.], 18 de maio

Há outras manifestações nos Tribunais sobre o tema, afastando alguns elementos que teriam fundamentado a exigência fiscal como caracterizadores da solidariedade, *in verbis*:

TRIBUTÁRIO. INVESTIMENTO RELEVANTE EM SOCIEDADE COLIGADA. SOLIDARIEDADE NO CRÉDITO TRIBUTÁRIO DESTA. INEXISTÊNCIA. 1. São solidariamente obrigadas pelo crédito tributário as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal, segundo prevê o art. 124, I, do CTN. O interesse comum das pessoas não é revelado pelo interesse econômico no resultado ou no proveito da situação que constitui o fato gerador da obrigação principal, mas pelo interesse jurídico, que diz respeito à realização comum ou conjunta da situação que constitui o fato gerador. É solidária a pessoa que realiza conjuntamente com outra, ou outras pessoas, a situação que constitui o fato gerador, ou que, em comum com outras, esteja em relação econômica com o ato, fato ou negócio que dá origem à tributação; por outras palavras, (...) pessoa que tira uma vantagem econômica do ato, fato ou negócio tributado (Rubens Gomes de Sousa, *Compêndio de Legislação Tributária*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Edições Financeiras, 1964, p. 67). 2. A sociedade que participa do capital de outra, ainda que de forma relevante, não é solidariamente obrigada pela dívida tributária referente ao imposto de renda desta última, pois, embora tenha interesse econômico no lucro, não tem o necessário interesse comum, na acepção que lhe dá o art. 124 do CTN, que pressupõe a participação comum na realização do lucro. **Na configuração da solidariedade é relevante que haja a participação comum na realização do lucro, e não a mera participação nos resultados representados pelo lucro.** 3. Apelação a que se dá provimento, para a exclusão do nome da apelante do rol dos devedores solidários.⁵² (Grifo nosso.)

Para Bruschi, é possível a extensão da eficácia da decisão que decretou a desconsideração da personalidade jurídica para outras execuções movidas contra a mesma executada, desde que respeitado o efetivo contraditório no primeiro incidente, sendo desnecessário instauração de vários incidentes.⁵³

A jurisprudência tem se manifestado no sentido de que é desnecessária a citação das demais empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico, tendo em vista que a divisão societária, nesse caso, é meramente formal.

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. CONFUSÃO PATRIMONIAL. CABIMENTO. EMPRESAS PERTENCENTES AO MESMO GRUPO ECONÔMICO. DIVISÃO MERAMENTE FORMAL. CITAÇÃO DAS DEMAIS EMPRESAS. DISPENSA. RECONHECIMENTO DE QUE, NA PRÁTICA, SE TRATAVA DO MESMO ORGANISMO EMPRESARIAL. 1. A alegação de ofensa ao art. 535 do CPC deve ser afastada, porquanto deduzida de forma genérica no recurso, sem a indicação dos pontos acerca dos quais deveria o acórdão ter-se manifestado. No particular, incide a Súmula n. 284/STF. 2. A tese de que os executados não foram intimados a falar sobre os documentos que deram ensejo à constrição patrimonial não foi objeto de questionamento no acórdão recorrido, circunstância que atrai a incidência da Súmula n. 211/STJ. 3. A confusão patrimonial existente entre sócios e a empresa devedora ou entre esta e outras

de 2016 DJe. 1ª T., Relator: Des. Federal Helio Nogueira. Disponível em: <<http://www.trf3.jus.br/>>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

⁵² Brasil. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **AMS 9404550469**. Porto Alegre/RS: [s.n.], 27 de outubro de 1999 DJe. 2ª T., Relator: Des. Fed. Zuudi Sakakihara. Disponível em: <<http://www.trf4.jus.br/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

⁵³ BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016., p. 172.

conglomeradas pode ensejar a desconsideração da personalidade jurídica, na hipótese de ser meramente formal a divisão societária entre empresas conjugadas. Precedentes. 4. A superação da pessoa jurídica afirma-se como um incidente processual e não como um processo incidente. No caso, o reconhecimento da confusão patrimonial é absolutamente contraditório com a pretendida citação das demais sociedades, pois, ou bem se determina a citação de todas as empresas atingidas pela penhora, ou bem se reconhece a confusão patrimonial e se afirma que se trata, na prática, de pessoa jurídica única, bastando, por isso, uma única citação. Havendo reconhecimento da confusão, descabe a segunda providência. 5. Ademais, o recurso foi interposto exatamente pelos devedores que foram citados no processo de execução, circunstância que também afasta a pretensão recursal. 6. Não obstante a controvérsia tenha se instalado anteriormente à Lei n. 11.382/2006, é evidente a frustração da execução do crédito em razão da ineficácia de outros meios de constrição patrimonial, de modo que é cabível a penhora *on line* sobre os ativos financeiros do devedor. 7. Recurso especial não provido.⁵⁴

A Lei 8.212/90, no artigo 30, também atribuiu responsabilidade pelas contribuições sociais ao grupos econômicos, *in verbis*:

Art. 30. A arrecadação e o recolhimento das contribuições ou de outras importâncias devidas à Seguridade Social obedecem às seguintes normas: (...) IX - as empresas que integram grupo econômico de **qualquer natureza** respondem entre si, solidariamente, pelas obrigações decorrentes desta Lei. (Grifo nosso.)

É pacífica a jurisprudência do STJ da existência de responsabilidade tributária *solidária* de todas as empresas, nos termos do artigo 30, IX, da Lei 8.212/91 c/c artigos 124, I e II do CTN. Entretanto, conforme já explandado nesse capítulo, deve ter havido participação das empresas no fato gerador da obrigação tributária para a responsabilização pelos débitos tributários.

(...), ainda que se trate de hipótese que envolva contribuições previdenciárias para cujos débitos a lei prevê responsabilidade solidária entre as empresas integrantes de grupo econômico, a simples configuração do complexo empresarial não satisfaz os requisitos legais de responsabilização. Afinal, é preciso que as empresas que se pretendam responsabilizar tenham concorrido para a realização do fato gerador, cujo débito decorrente se pretende cobrar, via responsabilização solidária, dos integrantes do grupo.⁵⁵

Nesse sentido:

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. FORMAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO CARACTERIZADA. SOLIDARIEDADE. ART. 30, IX, DA LEI Nº 8.212/91. APELAÇÃO IMPROVIDA. 1. A Lei 8.212/1991 prevê, expressamente e de modo incontroverso, em seu art. 30, IX, a solidariedade das empresas integrantes do mesmo grupo econômico em relação às obrigações decorrentes de sua aplicação. 2. Na hipótese, ficou devidamente demonstrado nos autos que a empresa apelante (Viação Santos Dumont Ltda.) pertence ao mesmo grupo econômico da empresa fiscalizada (Santa Cecília Viação Ltda.), possuindo até o mesmo endereço. 3. Nem se alegue a necessidade de caracterização de confusão

⁵⁴ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 200602642159**. Brasília: [s.n.], 27 de junho de 2011 DJe. 4ª T., Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2016.

⁵⁵ MARTINS, I. G. da S. **Grupos Econômicos Pesquisas Tributárias**. Porto Alegre: Editora Magister, 2015. p. 165.

patrimonial e desvio de finalidade (art. 50 do Código Civil), bem como dos requisitos do art. 135 do Código Tributário Nacional, porquanto a solidariedade decorre do grupo econômico, nos termos dos arts. 124, I, do Código Tributário Nacional e 30, IX, da Lei nº 8.212/91. 4. Apelação improvida.⁵⁶

⁵⁶ Brasil. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. **AC 00271185720034036100**. São Paulo/SP: [s.n.], 04 de setembro de 2015 DJe. 11ª T., Relator: Des. Federal Nino Toldo. Disponível em: <<http://www.trf3.jus.br/>>. Acesso em: 23 de setembro de 2016.

2 Responsabilidade Patrimonial Secundária

A atividade executiva é essencialmente patrimonial. Assim, os bens sobre os quais a responsabilidade patrimonial incide ficam sujeitos a suportar os atos executivos e conseqüentemente, usados para a satisfação do crédito exequendo.¹

A responsabilidade patrimonial, regulada pelo artigo 789 e seguintes do CPC, é conceituada como “a suscetibilidade de um bem ou de todo um patrimônio a suportar os efeitos da sanção executiva”.²

Estabelece o artigo 789 do CPC que “O devedor responde com todos os seus bens presentes e futuros para o cumprimento de suas obrigações, salvo as restrições estabelecidas em lei”. Portanto, são excluídos, apenas, os *bens impenhoráveis*, nos termos da Lei.

Consideram-se *bens presentes* aqueles que integram o patrimônio do executado no momento da instauração da execução. E por *bens futuros* devem ser compreendidos aqueles que o executado venha a adquirir no curso da execução, após sua instauração. Pode-se dizer, então, que o executado (com a ressalva dos bens impenhoráveis) responde com todos os bens que integrem seu patrimônio durante o curso do processo executivo.³

Nesse contexto, a Lei admite que bens de terceiro sejam atingidos pela execução. Assim sendo, a responsabilidade patrimonial secundária imputa o cumprimento da obrigação a alguém que não era, **originariamente** responsável pelo débito.⁴

Dispõe o artigo 790 do Código de Processo Civil de 2015:

São sujeitos à execução os bens:

- I - do sucessor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória;
- II - do sócio, nos termos da lei;
- III - do devedor, ainda que em poder de terceiros;
- IV - do cônjuge ou companheiro, nos casos em que seus bens próprios ou de sua meação respondem pela dívida;
- V - alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução;
- VI - cuja alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores;
- VII - do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica.

¹ CÂMARA, A. F. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015. p. 337.

² PEÑA, R. C. S. **Fraude à Execução**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. p. 23.

³ CÂMARA, 2015, loc. cit.

⁴ BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 55.

2.1 Bens do Sucessor

Nos termos do art. 790, I, o sucessor, adquirente do bem litigioso, é terceiro que terá seu bem submetido aos atos executivos. Nesse passo, o atual CPC manteve a reforma promovida pela Lei 11382/06, que tornou mais abrangente o poder do credor, pela extensão do direito de sequela e também para bens que sejam objeto de situação jurídica diversa da de direito real.⁵

Ação real é aquela que tem por causa de pedir próxima a afirmação de direito real, embora abranja também a ação possessória, a exemplo da execução de obrigação garantida por hipoteca sobre bem alheio. Execução fundada em direito real é a que realiza um dos direitos descritos no Código Civil, art. 1.225 do Código Civil (propriedade, superfície, servidão, usufruto, uso, habitação, direito do promitente comprador do imóvel, penhor, hipoteca e anticrese). Ação reipersecutória é a ação real ou pessoal em que se quer a entrega/restituição de coisa certa que está em poder de terceiro, a exemplo da ação de despejo ou ação para a recuperação de bem dado em comodato. É aquela obrigação que permite ao credor perseguir o bem, caso a obrigação não seja satisfeita. “Essa espécie de obrigação é objeto de um processo no qual se pleiteia a restituição de bens que estejam fora do patrimônio do autor, ou em poder de terceiros. Trata-se de ação que tende a pedir a restituição daquilo que é do autor ou do que é devido a ele, e se ache fora de seu patrimônio”. Quando o NCPC, art. 790, I determina que ficam sujeitos à execução os bens do sucessor a título singular em obrigação reipersecutória, “deparamos com a situação que envolve os bens do devedor que se encontram na posse de terceiro (imóvel que foi locado pelo devedor; bem que tenha sido objeto de contrato de comodato, por exemplo), que pode impugnar o ato de constrição através da oposição de embargos de terceiro”. Obrigações reipersecutórias são aquelas fundadas em direito pessoal, mas que repercutem sobre um determinado bem, impondo a sua restituição. Exemplo: ação em que se postule a resolução de um contrato de compra e venda. Acolhido o pedido, e resolvido o contrato, o adquirente deve restituir ao alienante o referido bem objeto da compra e venda. Se, no curso da ação, o bem tiver sido vendido a terceiro, o sucessor terá responsabilidade patrimonial, recaindo a execução sobre o bem que foi transferido a ele, mesmo que este não tenha participado da ação. Ou seja, o terceiro passou a ter responsabilidade patrimonial por ter adquirido bem objeto de obrigação reipersecutória.⁶

2.2 Bens dos Sócios de Sociedade

Nos termos do art. 795 do CPC/2015, os bens particulares dos sócios só respondem pelas dívidas da sociedade nos casos previstos em lei, por exemplo: art. 135, III do CTN, que responsabiliza o sócio-gerente que tenha praticado atos com excesso de poder ou com infração de lei, contrato social ou estatutos; art. 50 do Código Civil, que possibilita a desconsideração nos casos de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial. Assim, o sócio com responsabilidade limitada só poderá ser atingido pela execução movida contra a pessoa jurídica se houver a desconsideração da personalidade jurídica, ainda que a preferência na execução se dê sobre os bens desta.⁷

⁵ NERY JÚNIOR, N.; ANDRADE, R. M. **Código de Processo Civil Comentado**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 1770.

⁶ VERAS, N. A. **Responsabilidade Patrimonial das Partes e Terceiros na Execução Civil de acordo com o novo CPC**. 2015. [Http://www.otonnasser.adv.br](http://www.otonnasser.adv.br). 06 de novembro de 2015. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

⁷ BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 57.

Nesse sentido a jurisprudência do E. STJ, antes do advento da Lei 13.105/2015:

1. A desconsideração da personalidade jurídica é instrumento afeito a situações limítrofes, nas quais a má-fé, o abuso da personalidade jurídica ou confusão patrimonial estão revelados, circunstâncias que reclamam, a toda evidência, providência expedita por parte do Judiciário. Com efeito, exigir o amplo e prévio contraditório em ação de conhecimento própria para tal mister, no mais das vezes, redundaria em esvaziamento do instituto nobre. 2. A superação da pessoa jurídica afirma-se como um incidente processual e não como um processo incidente, razão pela qual pode ser deferida nos próprios autos, dispensando-se também a citação dos sócios, em desfavor de quem foi superada a pessoa jurídica, bastando a defesa apresentada a posteriori, mediante embargos, impugnação ao cumprimento de sentença ou exceção de pré-executividade. 3. Assim, não prospera a tese segundo a qual não seria cabível, em sede de impugnação ao cumprimento de sentença, a discussão acerca da validade da desconsideração da personalidade jurídica. Em realidade, se no caso concreto e no campo do direito material fosse descabida a aplicação da Disregard Doctrine, estar-se-ia diante de ilegitimidade passiva para responder pelo débito, insurgência apreciável na via da impugnação, consoante art. 475-L, inciso IV. Ainda que assim não fosse, poder-se-ia cogitar de oposição de exceção de pré-executividade, a qual, segundo entendimento de doutrina autorizada, não só foi mantida, como ganhou mais relevo a partir da Lei n. 11.232/2005. 4. Portanto, não se havendo falar em prejuízo à ampla defesa e ao contraditório, em razão da ausência de citação ou de intimação para o pagamento da dívida (art. 475-J do CPC), e sob pena de tornar-se infrutuosa a desconsideração da personalidade jurídica, afigura-se bastante - quando, no âmbito do direito material, forem detectados os pressupostos autorizadores da medida - a intimação superveniente da penhora dos bens dos ex-sócios, providência que, em concreto, foi realizada. 5. No caso, percebe-se que a fundamentação para a desconsideração da pessoa jurídica está ancorada em 'abuso da personalidade' e na 'ausência de bens passíveis de penhora', remetendo o voto condutor às provas e aos documentos carreados aos autos. Nessa circunstância, o entendimento a que chegou o Tribunal a quo, além de ostentar fundamentação consentânea com a jurisprudência da Casa, não pode ser revisto por força da Súmula 7/STJ.⁸

Consoante o parágrafo primeiro do CPC, os bens dos sócios podem ser atingidos por execução movida contra a pessoa jurídica, ainda que a preferência na execução se dê sobre os bens desta. Entretanto, para que o sócio promova a exclusão de seus bens da responsabilidade patrimonial, deverá nomear bens da sociedade, situados na mesma comarca, livres e desembargados, em montante suficiente para saldar a dívida (art. 795, § 2º do CPC).⁹

Quanto à instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, previsto no art. 795, § 4º, o tema foi abordado no Capítulo 1, *Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica*.

2.3 Do devedor, ainda que em poder de terceiros

O local ou com quem estejam os bens não interfere na sua propriedade. Ou seja, o devedor responde com seus bens pelo cumprimento de suas obrigações, independente de com

⁸ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1096604/DF**. Brasília: [s.n.], 16 de outubro de 2012 DJe. 4ª T., Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

⁹ MARINONI, L. G.; ARENHART, S. C.; MITIDIERO, D. **Novo Curso de Processo Civil - Tutela dos Direitos Mediante Procedimento Comum**. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 906.

quem estejam os referidos bens.

Entretanto, poderá o terceiro desfrutar de posse contratual legítima e, nesse caso, a execução não excluirá a continuidade do exercício dos direitos desse terceiro. Outra situação é na hipótese do terceiro possuir o bem do devedor em nome próprio, de forma que não poderá haver penhora direta sobre o bem, mas, tão-somente, sobre o direito e ação do proprietário contra o possuidor.¹⁰

2.4 Do cônjuge ou companheiro, nos casos em que seus bens próprios ou de sua meação respondem pela dívida

Os bens do cônjuge sujeitam-se à execução quando a dívida exigida tiver sido constituída em proveito da família, relacionada à economia doméstica ou à administração do patrimônio comum.¹¹

O inciso IV do artigo 790 sofreu alteração com o atual Código, que incluiu a palavra *companheiro*. É pacífico na doutrina que se a dívida foi contraída em benefício da família, o cônjuge ou companheiro responderá pela dívida do outro.¹²

A jurisprudência pátria tem se manifestado no sentido de que o cônjuge que pretende impedir que seus bens ou sua meação respondam pelas obrigações assumidas pelo outro, é quem deve produzir a prova de que não houve o benefício em proveito para a família¹³

DIREITO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. MEAÇÃO. DÍVIDA CONTRAÍDA PELO CÔNJUGE VARÃO. BENEFÍCIO DA FAMÍLIA. ÔNUS DA PROVA. 1. Tratando-se de dívida contraída por um dos cônjuges, a regra geral é a de que cabe ao meeiro o ônus da prova de que a dívida não beneficiou a família, haja vista a solidariedade entre o casal. Precedentes. 2. Agravo regimental não provido.¹⁴.

Nesse sentido, segue voto proferido pela Eminente Desembargadora Maria Lúcia Pizzotti:

Os embargos de terceiros tem como objeto a proteção da posse, por meio da comprovação de que o bem constricto, não se encontra na esfera de responsabilidade patrimonial do executado. No caso dos autos, cabia à autora demonstrar que a dívida contraída não reverteu em benefício da família. Isso porque o artigo 1643 do Código Civil elenca as dívidas que os cônjuges podem contrair, independentemente de autorização do outro e o artigo 1644 do mesmo Estatuto Legal, dispõe que as dívidas contraídas para os fins do artigo 1643, obrigam solidariamente ambos os cônjuges. Cabia à Apelante demonstrar que não obteve nenhuma vantagem em decorrência da dívida exequenda, o

¹⁰ NERY JÚNIOR, N.; ANDRADE, R. M. **Código de Processo Civil Comentado**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 1771.

¹¹ BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 58.

¹² NERY JÚNIOR; ANDRADE, 2016, loc. cit.

¹³ Ibid., p. 59.

¹⁴ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no AREsp 427.980/PR**. Brasília: [s.n.], 25 de fevereiro de 2014 DJe. 4ª T., Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 29 de setembro de 2016.

que não resta minimamente caracterizado nos autos. No mais, tenho que a magistrada *a quo* solveu com peculiar clareza e riqueza de fundamentação a lide exposta em Juízo dando à causa a solução justa e adequada, conforme amplo precedente jurisprudencial e doutrinário, cuja segura conclusão pronunciada não merece ser reformada pelas razões da apelante. E outros fundamentos são dispensáveis diante da adoção integral dos que foram deduzidos na r. sentença, e aqui expressamente adotados para evitar inútil e desnecessária repetição. Conclusivamente, pelo meu voto NEGO PROVIMENTO ao recurso.¹⁵

Assim, nos termos da Súmula 134 do STJ, o cônjuge do devedor pode opor embargos de terceiro para defesa de sua meação. Poderá, outrossim, o cônjuge opor Embargos do Devedor, a fim de impugnar o próprio título executivo, a dívida e a regularidade do processo executivo.¹⁶

Lado outro, se os cônjuges assumiram a dívida conjuntamente, ambos devem figurar no polo passivo do processo de execução como co-executados.

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PROCESSO CIVIL. INTERPRETAÇÃO DO ART. 1.046, § 3.º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. CÔNJUGE. EMBARGOS DO DEVEDOR. EMBARGOS DE TERCEIRO. MEAÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA. EMBARGOS CONHECIDOS, MAS REJEITADOS. 1. "A intimação do cônjuge enseja-lhe a via dos embargos à execução, nos quais poderá discutir a própria causa debendi e defender o patrimônio como um todo, na qualidade de litis-consorte passivo do(a) executado(a) e a via dos embargos de terceiro, com vista à defesa da meação a que entende fazer jus"(REsp 252854/RJ, QUARTA TURMA, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, DJ de 11/09/2000). 2. Não obstante, o cônjuge só será parte legítima para opor embargos de terceiro quando não tiver assumido juntamente com seu consorte a dívida executada, caso em que, figurando no polo passivo do processo de execução como corresponsável pelo débito, não se lhe é legítimo pretender eximir seu patrimônio como "terceiro". 3. Embargos de divergência conhecidos, mas rejeitado.¹⁷

Portanto, os embargos do devedor poderão ser opostos pelo cônjuge ou companheiro do executado nas seguintes situações:¹⁸

- a) quando tiver sido citado como codevedor;
- b) quando for responsável secundário, nos termos do artigo 790, IV do CPC;
- c) quando alegar que não houve benefício do casal;
- d) quando alegar que a dívida é ilegítima.

¹⁵ Brasil. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Ap. 0014444-93.2010.8.26.0032**. São Paulo: [s.n.], 28 de fevereiro de 2014 DJe. 20ª Câm. Direito Privado., Relator: Des. Maria Lúcia Pizzotti. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 30 de setembro de 2016.

¹⁶ BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 59.

¹⁷ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 306.465/ES**. Brasília, DF: [s.n.], 25 de abril de 2011 DJe. Corte Especial, Rel. Min. Laurita Vaz. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 29 de setembro de 2016.

¹⁸ NERY JÚNIOR, N.; ANDRADE, R. M. **Código de Processo Civil Comentado**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 1771.

Celebrado eventual contrato por partes que sejam marido e mulher, e ocorrido o inadimplemento, ambos são devedores no âmbito do direito material, e como tais possuem responsabilidade patrimonial primária. Sendo ambos devedores e possuindo responsabilidade primária haverá similaridade entre os sujeitos do direito material e do processo, sendo possibilitadas aos cônjuges as defesas típicas de parte (embargos à execução, exceção de pré-executividade, etc). Não é possível falar-se em embargos de terceiro, dada a condição de devedores e executados de ambos os cônjuges. [...] O simples fato de o cônjuge ser parte no sentido material e, mais que isso, constar do título executivo, faz com que apesar de não indicado na petição inicial da execução, ao ingressar na demanda, o faça como parte, e jamais como terceiro, qualidade incompatível com a sua presença na relação de direito material, consolidada no título executivo”. E se a dívida for contraída por apenas um dos cônjuges? Somente ele será o devedor e terá legitimidade para figurar no pólo passivo da execução.¹⁹

Por fim, em caso de penhora de bem indivisível, o bem deverá ser alienado por inteiro e a quota parte do cônjuge alheio a execução recairá sobre o produto da alienação, nos termos do artigo 843 do Código de Processo Civil, *in verbis*:

Art. 843. Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.

§ 1º É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

§ 2º Não será levada a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação.

2.5 Alienados ou gravados em fraude à execução

Nos termos do artigo 790, inciso V do CPC, respondem pela execução os bens que, mesmo não mais pertencendo ao devedor ou responsável, continuam a responder à execução quando alienados em fraude à execução; ou, ainda, mesmo pertencendo ao devedor tenham sido onerados em fraude à execução.²⁰

A fraude à execução, como todas as modalidades de fraudes, não pode ser vista sob o ponto de vista objetivo, como se fazia antigamente, visto que toda fraude traz ínsito o caráter subjetivo que é a vontade do agente de enganar, ludibriar e trapacear, visando sempre prejuízo de terceiro e à fruição de vantagem própria à custa de prejuízo alheio. A fraude à execução é figura exclusiva da legislação nacional, visto não ser encontrada em outras legislações. Pode-se dizer que é irmã gêmea da fraude ao credor, tendo em vista a apertada semelhança entre ambas. Diferenciando somente porque a fraude contra credor se dá antes da ação ou constrição do bem e a fraude à execução depois da averbação de penhora e doregistro da ação (CPC/2015, art. 792, II).²¹

O tema foi abordado no Capítulo 3, que tem o nome *Fraude à Execução*.

¹⁹ VERAS, N. A. **Responsabilidade Patrimonial das Partes e Terceiros na Execução Civil de acordo com o novo CPC**. 2015. [Http://www.otonnasser.adv.br](http://www.otonnasser.adv.br). 06 de novembro de 2015. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

²⁰ SOUZA, G. A. de. Execução e responsabilidade patrimonial no cpc/2015. **Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil**, v. 13, n. 97, set/out 2015. p. 332.

²¹ *Ibid.*, p. 333.

2.6 Bens de Terceiros adquiridos em Fraude ao Credor

A fraude contra credores era tratada somente no Código Civil, sendo incluída no atual Código de Processo de Civil.

Esta nova norma manteve o mesmo equívoco a que se submeteram doutrina e jurisprudência no século passado. Continua o mesmo erro em dizer que a fraude contra credor implica em anulação da venda ou da gravação com ônus real. Neste passo, o CPC/2015 em nada evoluiu, pois continua falando em anulação, quando a melhor técnica indica tratar-se de caso de ineficácia. Melhor labora a doutrina e a jurisprudência, que, desde há muito, descobriram este equívoco e tem afirmado que o caso é de ineficácia em relação a quem já era credor na época da disposição e não de anulação do negócio jurídico.²²

A fraude contra credores não gera a anulabilidade do negócio, de forma a beneficiar quem não era credor à época da alienação ou da instituição do ônus real.²³

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO PAULIANA. FRAUDE CONTRA CREDITORES. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 165, 458, 515 E 535 DO CPC - INEXISTÊNCIA - CERCEAMENTO DE DEFESA - NULIDADE PROCESSUAL - AUSÊNCIA DE PROVA - NÃO CONFIGURAÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - EQUIDADE - MATÉRIA DE PROVA - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL - PROVIMENTO PARCIAL. (...)VI. A fraude contra credores, proclamada em ação pauliana, não acarreta a anulação do ato de alienação, mas, sim, a invalidade com relação ao credor vencedor da ação pauliana, e nos limites do débito de devedor para com este. VII. A fixação de honorários por equidade, sendo matéria de prova, não comporta reexame em recurso especial. Precedentes do STJ. Recurso Especial provido em parte²⁴

2.7 Meios de Defesa do Responsável Patrimonial Secundário

A *legitimidade passiva* prevista no artigo 779 do CPC/2015 é diferenciada da *responsabilidade patrimonial secundária*, que tem previsão, como vimos acima, no artigo 790 do CPC.

Com efeito, o responsável patrimonial secundário é terceiro, uma vez que responde por débito alheio.

Processo civil. Recurso especial. Processo de execução. Constrição de bens de terceiro. Interposição de recurso. Terceiro prejudicado. CPC, art. 499, § 1º. Instrumentalidade e economia processual. Possibilidade. - Em processo de execução, o terceiro afetado pela constrição judicial de seus bens poderá opor embargos de terceiro à execução ou interpor recurso contra a decisão constritiva, na condição de terceiro prejudicado, exegese conforme a instrumentalidade do processo e o escopo de economia processual. - Recurso especial a que se dá provimento.²⁵

²² SOUZA, G. A. de. Execução e responsabilidade patrimonial no cpc/2015. **Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil**, v. 13, n. 97, set/out 2015. p. 333.

²³ *Ibid.*, p. 334.

²⁴ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 971.884/PR**. Brasília: [s.n.], 16 de fevereiro de 2012 DJe. 3ª T., Relator: Min. Sidnei Beneti. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 24 de setembro de 2016.

²⁵ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 329.513/SP**. Brasília: [s.n.], 11 de março de 2002 DJe. 3ª T., Relator: Min. Nancy Andrighi. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 26 de setembro de 2016.

Assim, nos termos do 674 do CPC, o responsável tributário que quiser discutir sobre a exclusão de sua responsabilidade, deverá se defender mediante os embargos de terceiro.

Art. 674. Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato constritivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro.

§ 1º Os embargos podem ser de terceiro proprietário, inclusive fiduciário, ou possuidor.

§ 2º Considera-se terceiro, para ajuizamento dos embargos:

I - o cônjuge ou companheiro, quando defende a posse de bens próprios ou de sua meação, ressalvado o disposto no art. 843;

II - o adquirente de bens cuja constrição decorreu de decisão que declara a ineficácia da alienação realizada em fraude à execução;

III - quem sofre constrição judicial de seus bens por força de desconsideração da personalidade jurídica, de cujo incidente não fez parte;

IV - o credor com garantia real para obstar expropriação judicial do objeto de direito real de garantia, caso não tenha sido intimado, nos termos legais dos atos expropriatórios respectivos.

Conforme explanado, o terceiro também poderá atacar o título executivo mediante a apresentação de impugnação, em caso de cumprimento de sentença, ou dos embargos à execução, se for execução de título extrajudicial. Ambos podem ser oferecidos sem a garantia do Juízo e só suspenderão a prática dos atos executivos se houver requerimento expresso para atribuição de efeito suspensivo, nos termos do art. 919 do CPC/2015.²⁶

Art. 919. Os embargos à execução não terão efeito suspensivo.

§ 1º O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes.

§ 2º Cessando as circunstâncias que a motivaram, a decisão relativa aos efeitos dos embargos poderá, a requerimento da parte, ser modificada ou revogada a qualquer tempo, em decisão fundamentada.

§ 3º Quando o efeito suspensivo atribuído aos embargos disser respeito apenas a parte do objeto da execução, esta prosseguirá quanto à parte restante.

§ 4º A concessão de efeito suspensivo aos embargos oferecidos por um dos executados não suspenderá a execução contra os que não embargaram quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao embargante.

§ 5º A concessão de efeito suspensivo não impedirá a efetivação dos atos de substituição, de reforço ou de redução da penhora e de avaliação dos bens.

Por fim, poderá utilizar-se da denominada 'Exceção de Pré-Executividade' para alegar matérias de ordem públicas, tais como prescrição, ilegitimidade passiva, pressupostos processuais e vícios o título executivo.

²⁶ BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 65.

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ARTIGO 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ARGUIÇÃO DE PRESCRIÇÃO FUNDADA NA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI ORDINÁRIA (ARTIGO 46, DA LEI 8.212/91) QUE AMPLIOU O PRAZO PRESCRICIONAL (SÚMULA VINCULANTE 8/STF). POSSIBILIDADE. 1. A exceção de pré-executividade é servil à suscitação de questões que devam ser conhecidas de ofício pelo juiz, como as atinentes à liquidez do título executivo, aos pressupostos processuais e às condições da ação executiva, desde que não demandem dilação probatória (exceção (*secundum eventus probationis*))(REsp 1.110.925/SP, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, julgado em 22.04.2009, DJE 04.05.2009). 2. O espectro das matérias suscetíveis através da exceção tem sido ampliado por força da exegese jurisprudencial mais recente, admitindo-se a arguição de prescrição e de ilegitimidade passiva do executado, que prescindam de dilação probatória. 3. A prescrição, causa extintiva do crédito tributário, é passível de ser veiculada em exceção de pré-executividade, máxime quando fundada na inconstitucionalidade do artigo 46, da Lei 8.212/91, reconhecida, com efeitos ex tunc, pelo Supremo Tribunal Federal, para as demandas ajuizadas até 11.6.2008 (RE 559.943, Rel. Ministra Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 12.06.2008, Repercussão Geral - Mérito, DJe-182 DIVULG 25.09.2008 PUBLIC 26.09.2008; RE 560.626, Rel. Ministro Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 12.06.2008, Repercussão Geral - Mérito, DJe-232 DIVULG 04.12.2008 PUBLIC 05.12.2008; e RE 556.664, Rel. Ministro Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 12.06.2008, Repercussão Geral - Mérito, DJe-216 DIVULG 13.11.2008 PUBLIC 14.11.2008), e que culminou na edição da Súmula Vinculante 8/STF, verbis: "São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário." 4. Recurso especial provido para determinar o retorno dos autos à instância ordinária para que aprecie a exceção de pré-executividade oposta pelo ora recorrente. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC, e da Resolução STJ 08/2008.²⁷

²⁷ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.136.144/RJ**. Brasília: [s.n.], 01 de fevereiro de 2010 DJe. 1ª T., Relator: Min. Luiz Fux. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 19 de setembro de 2016.

3 Fraude à Execução

A fraude à execução está prevista no artigo 792 do Código de Processo Civil, *in verbis*:

Art. 792. A alienação ou a oneração de bem é considerada fraude à execução:

I - quando sobre o bem pender ação fundada em direito real ou com pretensão reipersecutória, desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público, se houver;

II - quando tiver sido averbada, no registro do bem, a pendência do processo de execução, na forma do art. 828;

III - quando tiver sido averbado, no registro do bem, hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial originário do processo onde foi arguida a fraude;

IV - quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência;

V - nos demais casos expressos em lei.

§ 1º A alienação em fraude à execução é ineficaz em relação ao exequente.

§ 2º No caso de aquisição de bem não sujeito a registro, o terceiro adquirente tem o ônus de provar que adotou as cautelas necessárias para a aquisição, mediante a exibição das certidões pertinentes, obtidas no domicílio do vendedor e no local onde se encontra o bem.

§ 3º Nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, a fraude à execução verifica-se a partir da citação da parte cuja personalidade se pretende desconsiderar.

§ 4º Antes de declarar a fraude à execução, o juiz deverá intimar o terceiro adquirente, que, se quiser, poderá opor embargos de terceiro, no prazo de 15 (quinze) dias.

Peña diferencia os atos de alienação e de oneração de bens, à luz do CPC de 1973:

O conceito de alienação e de oneração de bens, para efeitos do artigo 593 do CPC, deve ser formatado à luz de uma compreensão teleológica deste dispositivo legal. Nessa linha, a alienação que pode dar ensejo à fraude, “é qualquer ato entre vivos, com a participação voluntária do devedor, de que resulte a transferência da propriedade à terceiro, seja a título oneroso, seja a título gratuito (venda, doação, permuta, dação em pagamento)”. [...] Onerar é verbo cuja origem vem do latim *onerare* (carregar, cobrar). Na acepção jurídica significa agravar, impor encargos ou obrigações. Oneração, portanto, é ato que, sem importar transmissão da propriedade do bem, limita as faculdades do domínio, em razão da criação, em favor de terceiro, de direito real, que pode ser de gozo ou fruição (enfiteuse, servidões, usufruto, uso, habitação, renda sobre imóveis) e de garantia (penhor, anticrese e hipoteca), porque tais direitos outorgam privilégio a certo credor ou desvalorizam a coisa. Estabelecido um ônus real de uso, por exemplo, não haverá perda do direito de propriedade em favor do usuário ou do habitante; ao passo que, se for constituída uma hipoteca, poderá haver a perda do bem em favor do credor hipotecário. Tem-se, pois, que a oneração pode trazer como consequência a perda total ou parcial dos direitos de propriedade, dependendo do gravame que for constituído.¹

Bruschi, Nolasco e Amadeo salientam que:

¹ PEÑA, R. C. S. **Fraude à Execução**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. p. 71.

Havendo ação fundada em direito real ou com pretensão reipersecutória, sujeita-se à execução os bens do sucessor a título singular alienado ou onerado a partir da lide pendente (citação). No entanto, o Código de Processo Civil exige como condição para caracterizar a fraude, que o credor efetue a averbação da pendência da referida ação no registro público do bem.²

A venda de coisa litigiosa é permitida pela legislação processual, entretanto, a venda ou oneração da coisa é sempre em fraude à execução, podendo ser atingida pelos atos expropriatórios.

Ademais, o devedor que fraudar execução comete o crime previsto no artigo 179 do Código Penal: “*fraudar a execução, alienando, desviando, destruindo ou danificando bens, ou simulando dívidas*” e se sujeito ativo do crime (devedor) for comerciante, comete crime falimentar. Para tipificação da conduta criminosa, o devedor deverá ter conhecimento de que seus bens serão constrictos, bem como deverá haver o dolo direto. Por fim, “o crime só existirá se o devedor já tiver sido citado para a ação de conhecimento capaz de reduzi-lo à insolvência, ou para a ação de execução”.³

A litispendência é pressuposto comum aos casos de fraude à execução previstos nos incisos I e II.

Quanto ao momento em que se considera pendente ou em curso a demanda, há divergências doutrinárias.

Nos termos do artigo 312 do CPC/2015, “Considera-se proposta a ação quando a petição inicial for protocolada, todavia, a propositura da ação só produz quanto ao réu os efeitos mencionados no art. 240 depois que for validamente citado.”

Nery Junior menciona que se o ato de oneração ou alienação se dá depois da propositura da ação, mas antes da citação, terá havido fraude contra credores e ser for após a citação válida, haverá fraude à execução.⁴

Para Carvalho, basta a propositura da ação para que se configure a litispendência.⁵

Nessa toada, Peña menciona que:

(...) a exigência da citação além de comprometer a eficácia do instituto, seria o mesmo que exigir a má-fé do devedor para a caracterização da fraude, pois o ato de alienação ou oneração de bens após a citação revelaria o seu propósito de frustrar a atividade jurisdicional executiva.⁶

² BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 91.

³ NERY JÚNIOR, N.; ANDRADE, R. M. **Código de Processo Civil Comentado**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 1775.

⁴ Ibid., p. 1776.

⁵ CARVALHO, R. B. de. **Fraude no Processo Civil**. 2. ed. [S.l.]: Editora Del Rey, 2000., p. 39.

⁶ PEÑA, R. C. S. **Fraude à Execução**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009., p. 73 apud YOSHIKAWA, E. H. O. Do caráter objetivo da fraude à execução e suas consequências: art. 593, ii do cpc. **Revista Dialética de Direito Processual**, Revista Dialética de Direito Processual, n. 25, p. 42–49, abril 2005.

Brushchi também adota a corrente de que se a alienação ou oneração de bens ocorrer após a propositura da ação, é suficiente para a caracterização da fraude à execução:

Entendemos que a averbação no registro público não deveria ser prevista como requisito para a fraude, sendo necessária apenas para presunção absoluta do conhecimento de terceiros sobre a referida demanda em curso. Mesmo não sendo realizadas as referidas averbações, o terceiro adquirente pode obter junto aos cartórios distribuidores as certidões que atestam a pendência de processo capaz de reduzir o devedor à insolvência. [...] A aludida demanda capaz de reduzir o devedor à insolvência, não necessariamente se trata de execução ou de processo em fase de cumprimento da sentença, pois, a fraude à execução ocorre em qualquer procedimento judicial, que tem o condão de conduzir o devedor à insolvabilidade. Na verdade, basta que o devedor aliene ou onere bens após o ajuizamento da ação de conhecimento que acarrete na formação de título executivo judicial, mesmo que anteriormente à fase executiva (ou de cumprimento da sentença) propriamente dita. A maior parte da doutrina entende que para a caracterização da fraude de execução prevista no inc. IV do art. 792 do CPC/2015 é necessário a existência de ação em curso, com citação válida, cujo julgamento possa reduzir o alienante à insolvência. Todavia, existe entendimento minoritário, ao qual aderimos, no sentido de que basta a alienação ou oneração de bens ocorrer após a propositura da ação (desde que tenha sido proposta no foro da situação do bem ou do domicílio do alienante) para caracterizar a fraude à execução.⁷

Em sede de Execução Fiscal, o E. STJ analisou o instituto da fraude à execução, sob a égide dos recursos repetitivos e pacificou o entendimento de que se a alienação foi efetivada após a entrada em vigor da LC nº 118/2005, a mera inscrição em dívida ativa já é suficiente para a caracterização da fraude à execução.

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. RECONHECIMENTO DA FRAUDE À EXECUÇÃO, DECORRENTE DA ALIENAÇÃO DO BEM IMÓVEL, EFETIVADA ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI COMPLEMENTAR 118/2005, EM MOMENTO POSTERIOR À CITAÇÃO DO DEVEDOR NA EXECUÇÃO FISCAL. PRESUNÇÃO ABSOLUTA DE FRAUDE. DECISÃO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO RESP 1.141.990/PR, JULGADO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial 1.141.990/PR, de relatoria do Ministro LUIZ FUX, sob o rito do art. 543-C do CPC, firmou o entendimento de que "a alienação efetivada antes da entrada em vigor da LC n.º 118/2005 (09.06.2005) presumia-se em fraude à execução se o negócio jurídico sucedesse a citação válida do devedor; posteriormente à 09.06.2005, consideram-se fraudulentas as alienações efetuadas pelo devedor fiscal após a inscrição do crédito tributário na dívida ativa". No referido julgado, restou consignado, ainda, que "a natureza jurídica tributária do crédito conduz que a simples alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, pelo sujeito passivo por quantia inscrita em dívida ativa, sem a reserva de meios para quitação do débito, gera presunção absoluta (jure et de jure) de fraude à execução (lei especial que se sobrepõe ao regime do direito processual civil)". II. É irrelevante a existência de boa-fé ou de má-fé do terceiro adquirente, ou mesmo a prova da existência do conluio, para caracterizar fraude à Execução Fiscal, já que se está diante da presunção absoluta, jure et de jure. Nesse sentido: STJ, AgRg no Ag 1.191.868/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/04/2013; AgRg no AREsp 241.691/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 04/12/2012. III. No caso dos autos, tendo ocorrido o

⁷ BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. pp. 91 e 92.

ajuizamento da Execução Fiscal em março de 2000, a citação do executado em 2001 e a alienação do bem imóvel em 31/10/2002, é de se reconhecer a presunção absoluta de fraude à execução, na esteira do entendimento firmado nesta Corte. IV. Agravo Regimental improvido.⁸

Há também outras hipóteses de fraude à execução previstas no artigo 856 do CPC:

Art. 856. A penhora de crédito representado por letra de câmbio, nota promissória, duplicata, cheque ou outros títulos far-se-á pela apreensão do documento, esteja ou não este em poder do executado. [...] § 3º se o terceiro negar o débito em conluio com o executado, a quitação que este lhe der caracterizará fraude à execução,

artigo 185 do CTN:

Art. 185. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa. (Redação dada pela Lcp nº 118, de 2005) [...] Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita

e Lei 8.000/90:

Art. 4º. Não se beneficiará do disposto nesta lei aquele que, sabendo-se insolvente, adquire de má-fé imóvel mais valioso para transferir a residência familiar, desfazendo-se ou não da moradia antiga.

3.1 Diferenças e Semelhanças entre os institutos de fraude à execução e fraude contra credores

Conforme já explanando Capítulo 2, *Responsabilidade Patrimonial Secundária*, se o devedor onerar ou alienar bens ou direitos, a título gratuito ou oneroso, após ter contraído obrigações, responderá com seu patrimônio.⁹

Há duas espécies de fraudes: fraude contra credores e fraude à execução.

3.1.1 Semelhanças

A fraude contra credores está prevista no artigo 790, VI do CPC: “São sujeitos à execução os bens: [...] VI - cuja alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores.”

A fraude contra credores é o artifício malicioso empregado pelo devedor com o fito de impor prejuízo ao credor, impossibilitando-o de receber o crédito, pelo seu

⁸ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **AgREsp 201500513740**. 17 de março de 2016 DJe. 2ª T., Relator: Min. Assusete Magalhães. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

⁹ NERY JÚNIOR, N.; ANDRADE, R. M. **Código de Processo Civil Comentado**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 1774.

esvaziamento ou diminuição do patrimônio daquele. Exige-se, pois, que o passivo do devedor tenha se tornado superior ao ativo, por conta de atos praticados pelo titular com o propósito de lesar seu credor.¹⁰

A fraude à execução, portanto, pode ser considerada uma especialização da fraude contra credores, de forma que são requisitos comuns em ambos os institutos:¹¹

- a) fraude na alienação por parte do devedor;
- b) eventualidade de *consilium fraudis* pela ciência da fraude por parte do adquirente; e
- c) prejuízo do credor (*eventus damni*), por ter o devedor se reduzido à insolvência, ou ter alienado ou onerado bens, quando pendia contra o mesmo demanda capaz de reduzi-lo à insolvência.

Quanto ao segundo requisito:

Na fraude à execução, a intenção fraudulenta (*consilium fraudis*) dispensa prova, pois está *in re ipsa*, presumindo-se configurada (presunção *iuris et de iure*) pela simples realização do ato tipificado na lei como fraudulento. Em se tratando de fraude contra credores, diversamente, compete ao autor da ação pauliana alegar e provar esse elemento subjetivo do ato, “que é a má-fé, a intenção de prejudicar do devedor ou do devedor aliado a terceiro, ilidindo os efeitos da cobrança”.¹²

Questão polêmica nesse ponto, no que se refere ao terceiro adquirente de boa-fé, que pode ter adquirido o bem sem conhecimento da existência do processo contra o devedor-executado.¹³

3.1.2 Diferenças

A fraude à execução é instituto de direito processual; a fraude contra credores é instituto de direito material. Assim, na fraude à execução os interesses lesados são de ordem pública; já na fraude contra credores os interesses lesados são de ordem privada.

A preexistência de demanda em relação ao ato considerado fraudulento é pressuposto indispensável para reconhecimento de fraude contra credores, enquanto que a fraude à execução está subordinada à existência de demanda em andamento.¹⁴

Quanto à forma de impugnação do ato fraudulento, em relação à fraude à execução, não há necessidade de ajuizamento de processo autônomo, podendo, ainda, ser requerida nos Embargos de Terceiro opostos pelo adquirente.¹⁵

¹⁰ BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 70 apud FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

¹¹ CAHALI, Y. S. **Fraude Contra Credores: fraude Contra credores, fraude à execução, ação revocatória falencial, fraude à execução fiscal e fraude à execução penal**. 4^a. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. p. 68.

¹² PEÑA, R. C. S. **Fraude à Execução**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. p. 63 apud DINIZ, M. H. **Código Civil Anotado**. 5. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

¹³ Ibid., p. 64.

¹⁴ PEÑA, R. C. S. **Fraude à Execução**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. p. 63.

¹⁵ Ibid., p. 65.

A fraude contra credores, por sua vez, é atacável por ação própria, chamada ação pauliana ou revocatória (art. 161 do CC).¹⁶

“Uma vez julgada procedente a ação pauliana, e só nesse caso, os bens retornam ao patrimônio do devedor e podem, então, ser penhorados, sujeitando-se à execução.”¹⁷

Ainda, “a fraude à execução determina a ineficácia do ato de alienação ou oneração; a fraude contra credores é causa de anulação, segundo dispõe o artigo 158 do Código Civil”.¹⁸ No ato de disposição em fraude à execução, “não há inexistência, nem nulidade, da relação jurídica; há ineficácia, tal como ocorre com a compra e venda da coisa alheia”.¹⁹

Partindo da distinção entre a ineficácia resultante do ato em fraude à execução e a anulabilidade do ato em fraude contra credores, Cahali refere que “a diferença implica a das sentenças a respeito: essa é, ali, declaratória; aqui, desconstitutiva”.²⁰

De forma clara e concisa, Bruschi, Nolasco e Amadeo diferenciam os dois institutos:

A existência de fraude à execução enseja a declaração, pura e simples, da ineficácia do negócio jurídico fraudulento, em face da execução. (...) Não há necessidade de ação autônoma nem de qualquer outra providência mais formal para que se decrete a ineficácia de ato havido em fraude à execução. Basta ao credor noticiar na execução, por petição simples, que houve fraude de execução, comprovando-a, para que o juiz possa decretar a ineficácia do ato fraudulento. [...] O bem continua na posse ou propriedade do terceiro, mas para a execução a oneração ou alienação é ineficaz. O bem, no patrimônio do terceiro, responde pela execução: o produto de sua alienação em hasta pública é revertido para satisfazer o crédito e o que sobejar retorna ao terceiro, proprietário do bem. Ao contrário do que ocorre na fraude pauliana, a fraude de execução pode ser alegada e reconhecida nos embargos de terceiro.²¹

3.1.3 Boa-fé do terceiro adquirente, Súmula 375 do STJ e a Lei 13.097/2015

Conforme vimos acima, na fraude à execução ocorre a ineficácia da alienação ou oneração, permanecendo o bem na esfera patrimonial do terceiro adquirente e lá sendo atingido pela atividade executiva.

Nesse passo, nos termos do §4º do artigo 792 do CPC, o terceiro adquirente deve ser intimado para manifestar-se, antes de declarada a fraude à execução.

O terceiro adquirente poderá ajuizar a ação autônoma de embargos de terceiro com a intenção de exercer o direito de defesa. Se os embargos opostos pelo terceiro, de forma

¹⁶ PEÑA, R. C. S. **Fraude à Execução**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. p. 71.

¹⁷ Ibid., p. 66 apud GRECO FILHO, V. **Direito Processual Civil Brasileiro**. 16. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

¹⁸ PEÑA, 2009, loc. cit.

¹⁹ Ibid., p. 67.

²⁰ CAHALI, Y. S. **Fraude Contra Credores: fraude Contra credores, fraude à execução, ação revocatória falencial, fraude à execução fiscal e fraude à execução penal**. 4ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. p. 77 apud MIRANDA, F. C. P. **Tratado de Direito Privado**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1974.

²¹ BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. pp. 86 e 87 apud BUENO, C. S. **Curso Sistematizado de Processo Civil**. 7. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

preventiva, em defesa de seu bem forem julgados procedentes, ou ainda, se o devedor lograr êxito nos seus embargos visando à extinção da execução ou quitar a obrigação constante do título, o ato que transferiu o bem do executado para o terceiro adquire plena eficácia.²²

Assim, poderá o terceiro adquirente, alegar, nos Embargos de Terceiro, que adquiriu o imóvel de *boa-fé*, mediante a comprovação de certidões negativas de praxe em relação ao alienante, tais como: distribuidores forenses da comarca de domicílio do alienante e, se o bem estiver em outra localidade, também na comarca onde o bem está registrado; bem como dos Cartórios de Protesto e Cadastro de Inadimplentes. Outra hipótese, é o terceiro vir a adquirir o bem após o ajuizamento da demanda executiva e a decretação de fraude for requerida quando já tiver ocorrido uma **nova** alienação (duas ou mais alienações sucessivas). Nesse caso, deverá o magistrado analisar com cautela para verificação se houve ou não má-fé do terceiro embargante, que adquiriu o bem de terceira pessoa.²³

Antes da Lei 10.444/2002, a jurisprudência do STJ seguia no sentido de que não há fraude à execução quando se tratar de “aquisição feita por terceiro de boa-fé, que compra o bem de outro que não o executado, antes da penhora, sem que houvesse inscrição da distribuição do processo de execução e sem prova de que o adquirente sabia da existência da demanda capaz de levar o primitivo proprietário à insolvência”. STJ, RESp 246.625/MG, 4ª T., j. 04.05.2000, rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, DJU 28.08.2000.²⁴

O E. Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do RESp 1.112.648/DF, decidiu ser imprescindível a citação do alienante para configuração da fraude à execução.

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. ALIENAÇÃO DE IMÓVEL APÓS A CITAÇÃO VÁLIDA. FRAUDE À EXECUÇÃO. PRECEDENTE DESTA CORTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA n. 7 DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA n. 182 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO. 1. A decisão do Tribunal de origem se alinha à orientação firmada no julgamento do Recurso Especial nº 956.943/PR, submetido ao rito dos recursos repetitivos, quanto à imprescindibilidade da citação válida para configurar a fraude à execução. 2. No caso, as instâncias ordinárias afirmaram que a citação do alienante na execução ocorreu quatro anos antes da venda do bem penhorado, o que torna crível o conhecimento dos compradores quanto à existência de demanda capaz de reduzir aquele à insolvência. 3. A necessidade de reexame do conjunto fático-probatório quanto à citação do executado antes da alienação do imóvel aos recorrentes é providência inviável na instância especial, diante do óbice da Súmula nº 7 desta Corte. 4. Os agravantes deixaram de

²² BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 109 apud CAHALI, Y. S. **Fraude Contra Credores: fraude Contra credores, fraude à execução, ação revocatória falencial, fraude à execução fiscal e fraude à execução penal**. 4ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

²³ Ibid., p. 112.

²⁴ BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 112.

impugnar o óbice da Súmula nº 7, atraindo a incidência da Súmula nº 182 desta Corte. 5. Agravo regimental não conhecido.²⁵

Entretanto, ante as alterações e divergências de entendimento ocorridas na jurisprudência do STJ quanto à caracterização da fraude à execução, a Corte Especial do STJ editou a Súmula 375 que segue; “o reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé de terceiro adquirente”.

A matéria está pacificada ao rito dos Recursos Repetitivos, não comportando mais disceptação:

PROCESSO CIVIL. RECURSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC. FRAUDE DE EXECUÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. SÚMULA N. 375/STJ. CITAÇÃO VÁLIDA. NECESSIDADE. CIÊNCIA DE DEMANDA CAPAZ DE LEVAR O ALIENANTE À INSOLVÊNCIA. PROVA. ÔNUS DO CREDOR. REGISTRO DA PENHORA. ART. 659, § 4º, DO CPC. PRESUNÇÃO DE FRAUDE. ART. 615-A, § 3º, DO CPC. 1. Para fins do art. 543-c do CPC, firma-se a seguinte orientação: 1.1. É indispensável citação válida para configuração da fraude de execução, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 615-A do CPC. 1.2. O reconhecimento da fraude de execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente (Súmula n. 375/STJ). 1.3. A presunção de boa-fé é princípio geral de direito universalmente aceito, sendo milenar a parêmia: a boa-fé se presume; a má-fé se prova. 1.4. Inexistindo registro da penhora na matrícula do imóvel, é do credor o ônus da prova de que o terceiro adquirente tinha conhecimento de demanda capaz de levar o alienante à insolvência, sob pena de tornar-se letra morta o disposto no art. 659, § 4º, do CPC. 1.5. Conforme previsto no § 3º do art. 615-A do CPC, presume-se em fraude de execução a alienação ou oneração de bens realizada após a averbação referida no dispositivo. 2. Para a solução do caso concreto: 2.1. Aplicação da tese firmada. 2.2. Recurso especial provido para se anular o acórdão recorrido e a sentença e, conseqüentemente, determinar o prosseguimento do processo para a realização da instrução processual na forma requerida pelos recorrentes.(VOTO VENCIDO) (MIN. NANCY ANDRIGHI) “[...] pode-se estabelecer as seguintes premissas em relação à caracterização da fraude de execução na alienação de bens imóveis: (i) presume-se fraude de execução na venda de bens quando sobre eles tiver sido ajuizada ação fundada em direito real ou quando, ao tempo da alienação ou oneração, tiver sido ajuizada contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência; (ii) considera-se ajuizada a ação, para efeitos de presunção da fraude de execução, pela existência de petição inicial distribuída ou despachada pelo Juiz e devidamente cadastrada no distribuidor, de maneira a constar das certidões por ele expedidas; (iii) a averbação da penhora na matrícula do imóvel gera presunção absoluta de que a alienação do bem se deu em fraude de execução; (iv) há presunção relativa da má-fé do terceiro adquirente na aquisição de imóvel em fraude de execução, de sorte que recai sobre ele o ônus de provar que não tinha conhecimento da existência de ação capaz de reduzir o devedor à insolvência ou de constrição sobre o bem adquirido; (v) há presunção relativa da má-fé do devedor-executado na alienação de imóvel em fraude de execução, de sorte que recai sobre ele o ônus de provar que não tinha conhecimento da existência de ação capaz de reduzi-lo à insolvência ou de constrição sobre o bem alienado; (vi) a prova de desconhecimento quanto à existência de ação capaz de reduzir o devedor à insolvência ou de constrição sobre o imóvel se faz mediante apresentação de pesquisas realizadas nos distribuidores, por ocasião da celebração da compra e venda, abrangendo as comarcas de localização do bem e de residência do alienante nos últimos 05 anos.²⁶

²⁵ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no REsp 1.112.648/DF**. Brasília: [s.n.], 18 de agosto de 2015 DJe. 3ª T., Relator: Min. Moura Ribeiro. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 20 de setembro de 2016.

²⁶ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp repetitivo 956.943/PR**. Brasília: [s.n.], DJe 1 de dezembro de 2014.

Em sentido contrário ao entendimento do E. STJ, a doutrina de Bruschi, Nolasco e Amadeo:

Acreditamos que a escolha do STJ expressa na Súmula 375 de sempre exigir que o credor prove a ciência do terceiro adquirente não é a mais acertada. Não existe fundamento para essa inversão total do ônus probatório, entendendo-se que a boa-fé do terceiro adquirente só estaria ausente se o credor comprovasse cabalmente a sua ciência quanto à pendência da demanda ajuizada em face do devedor. [...] A única hipótese em que o exequente deverá ter o ônus de provar a má-fé do adquirente, aplicando corretamente a Súmula 375, é nos casos em que existir ação em curso em comarca ou seção judiciária diversa do foro onde se situa o bem ou no domicílio do alienante. O entendimento do STJ expresso na Súmula 375 parece isentar o terceiro adquirente do ônus de buscar as certidões dos distribuidores forenses, mas tal interpretação está totalmente fora do contexto do Código de Processo Civil de 2015, que consagra, o dever de boa-fé objetiva e o dever de cooperação. [...] A sistemática do Código de Processo Civil de 2015 engloba a teoria dinâmica do ônus da prova, que decorre da cooperação, corolário do princípio da boa-fé. [...] Ressalta-se que, em pesquisa empírica realizada com base em mais de 130 precedentes do STJ, já se apurou que a atribuição do ônus ao credor faz com que a fraude seja reconhecida em menos de 8% dos casos.²⁷

Verifica-se que o CPC de 2015, em seus incisos I a III do artigo 792 reproduziu parte do que já consta no artigo 54 da Lei 13.097/2015, que reza:

Os negócios jurídicos que tenham por fim constituir, transferir ou modificar direitos reais sobre imóveis são eficazes em relação a atos jurídicos precedentes, nas hipóteses em que não tenham sido registradas ou averbadas na matrícula do imóvel.

O parágrafo único do artigo 54 da referida Lei, estabelece que: “*não poderão ser opostas situações jurídicas não constantes da matrícula no Registro de Imóveis, inclusive para fins de evicção, ao terceiro de boa-fé que adquirir ou receber em garantia direitos reais sobre o imóvel.*”

Nesse sentido:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. FRAUDE CONTRA CREDORES. CONFUSÃO PATRIMONIAL. RECONHECIMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. 1. No sistema de persuasão racional adotado pelo Código de Processo Civil nos arts. 130 e 131, em regra, não cabe compelir o magistrado a autorizar a produção desta ou daquela prova, se por outros meios estiver convencido da verdade dos fatos, tendo em vista que o juiz é o destinatário final da prova, a quem cabe a análise da conveniência e necessidade da sua produção. 2. O acórdão recorrido tem fundamentação robusta acerca da existência de confusão patrimonial entre empresas do mesmo grupo econômico, com a finalidade de fraudar credores. Assim, é cabível a desconsideração da personalidade jurídica, nos termos do art. 50 do Código Civil, bem como o reconhecimento da fraude à execução, com amparo na Súmula n. 375/STJ: "O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado

Corte Especial, Relator: Min. João Otávio de Noronha. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 29 de setembro de 2016.

²⁷ BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. pp. 117 e 118.

ou da prova de má-fé do terceiro adquirente". Incidência da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental não provido.²⁸

Quanto à necessidade de averbação e a incidência do art. 54 da Lei 13.097/2015:

Vê-se que o artigo 54 da Lei 13.097/2015 e em, alguma medida, também o art. 792 do CPC/2015, adotam o *princípio da concentração*: “por ele, todos os atos ou fatos vinculados a determinado objeto deveriam ser dados a conhecimento no mesmo órgão, com isso se evitando deslocamentos das partes para diversos órgãos publicitários, quando tudo deveria convergir para uma única repartição”.²⁹

A doutrina entende que a alienação de bem penhorado é ato atentatório à dignidade da justiça.

O CPC/2015, assim, em consonância com a Lei 13.097/2015, optou por proteger os interesses do terceiro que venha a adquirir bens do executado, exigindo, nos casos em que o bem se sujeite a registro, a averbação a pendência do processo ou do ato constitutivo para que a alienação ou oneração do bem possa ser considerada em fraude à execução. Tais disposições fazem com que se consolide, na lei, em parte, orientação firmada na jurisprudência do STJ, na vigência do CPC/1973 (conforme *primeira parte* da Súmula 375 do STJ e REsp repetitivo 956.943/PR...). A alienação de bem penhorado sujeito à averbação, ainda que esta não tenha sido realizada, é ato atentatório à dignidade da justiça (*no mínimo*, o executado, no caso, está a dificultar a realização da penhora, cf. inc. III do art. 774 do CPC/2015, mas não se exclui que outros dos incisos previstos no referido dispositivo também incidam, no caso).³⁰

Na hipótese de bens que não se sujeitam a registro público, a inoccorrência de fraude dependerá de prova de boa-fé do terceiro, *ex vi* do art. 792, § 2º do CPC/2015:

(...) o terceiro adquirente tem o ônus de provar que adotou as cautelas necessárias para a aquisição, mediante a exibição das certidões pertinentes, obtidas no domicílio do vendedor e no local onde se encontra o bem.³¹

A averbação premonitória, grande avanço na segurança jurídica imobiliária, teve na nova norma maior delineação da atuação do exequente, bem como um regramento mais claro quanto ao cancelamento das averbações. A nova lei dispõe dois momentos distintos para expedição da certidão para averbação no Registro Imobiliário: a) do ajuizamento da execução e dos atos de constrição (Artigo 799, IX), sob responsabilidade do exequente, a fim de dar conhecimento a terceiros; b) da admissão da execução pelo juiz (Artigo 828), corroborando a fraude à execução nas alienações posteriores. Nas duas situações o exequente terá de ser diligente para a garantia do crédito, cumprindo a determinação no artigo 54 da Lei nº 13.097/2015, que dispõe sobre a concentração dos atos na matrícula e sua oponibilidade contra terceiros. Uma situação que foi sanada com o parágrafo segundo do artigo 828 refere-se ao prazo e à responsabilidade

²⁸ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **AGARESP 201201974058**. Brasília: [s.n.], 2 de fevereiro de 2015. 4ª T., Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 19 de novembro de 2016.

²⁹ MEDINA, J. M. G. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. pp. 1070 e 1071 apud ERPEN, D. A. Registros públicos. **Revista dos Tribunais**, n. 610, p. 7, 1986.

³⁰ *Ibid.*, p. 1071.

³¹ MEDINA, J. M. G. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 1073.

pelo cancelamento das averbações procedidas nas matrículas, que não servirão para cobrir o valor da dívida. É de responsabilidade do exequente, no prazo de 10 dias, providenciar o cancelamento das referidas averbações, sendo a sua inércia motivo de justa causa indenizatória, nos termos do parágrafo quinto do referido artigo. Não sendo realizados os cancelamentos pelo exequente no prazo, o juiz determinará de ofício, ou a requerimento, a baixa dos gravames.³²

Contudo, o Código de Processo Civil prevê outras medidas diante do inadimplemento do devedor, consoante o artigo 517 do CPC/2015:

Art. 517. A decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da Lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário previsto no art. 523. (...) §2º. A certidão de teor da decisão deverá ser fornecida no prazo de 3 (três) dias e indicará o nome e a qualificação do exequente e do executado, o número do processo, o valor da dívida e a data de decurso do prazo para pagamento voluntário.

Lado outro, no REsp nº 1.141.990, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos, foi afastada a aplicação da Súmula nº 375 do STJ às execuções fiscais, consolidando-se o entendimento de que a alienação de bens pelo sujeito passivo, sem a reserva de meios para quitação do débito, gera presunção absoluta de fraude à execução, sem haver necessidade de registro da penhora ou mesmo diante da boa fé do adquirente, salvo se o negócio jurídico ocorreu antes da vigência da Lei Complementar nº 118/2005, quando somente se considera fraudulenta a alienação ocorrida após a citação válida do devedor, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE TERCEIRO À EXECUÇÃO FISCAL. FRAUDE À EXECUÇÃO. MATÉRIA PACIFICADA NO JULGAMENTO DO RESP 1.141.990/PR. PENHORA DE VEÍCULO. ALIENAÇÃO EFETUADA APÓS INSCRIÇÃO DO DÉBITO EM DÍVIDA ATIVA. ART. 185 DO CTN COM REDAÇÃO DADA PELA LC 118/05. SOLVÊNCIA DO DEVEDOR NÃO DEMONSTRADA. FRAUDE CONFIGURADA. APELAÇÃO PROVIDA. 1. No julgamento do REsp n. 1.141.990/PR, submetido ao rito dos repetitivos, restou pacificado pelo STJ que, em matéria de fraude à execução, não se aplica aos executivos fiscais as normas processuais civis e o enunciado de sua súmula n. 375, devendo ser observado o disposto no art. 185, do CTN, do seguinte modo: a) em relação aos negócios jurídicos celebrados na vigência da redação original do aludido dispositivo, presume-se a fraude a partir da citação válida do executado; b) quanto às alienações realizadas posteriormente à alteração determinada pela LC n. 118/2005, configura-se a fraude desde a mera inscrição do débito tributário em dívida ativa. 2. A má-fé é presumida de forma absoluta, mesmo no caso de alienações sucessivas, uma vez que a fraude fiscal possui natureza diversa da fraude civil contra credores e afronta o interesse público. Precedentes do STJ e desta Corte Regional. 3. Elide-se a presunção de má-fé somente quando o devedor reserva patrimônio suficiente para a garantia do débito fiscal, sendo ônus do terceiro adquirente e do executado alienante a demonstração da solvência. Art. 185, parágrafo único do CTN. Jurisprudência consolidada desta Terceira Turma. 4. Hipótese em que o débito foi inscrito em dívida ativa em 14/01/2003, a execução fiscal foi ajuizada em 15/08/2003 e a executada foi regularmente citada em 03/10/2003, sendo que em 19/12/2006 o bem impugnado ainda pertencia à empresa devedora, conforme se depreende da consulta ao RENAVAM acostada aos autos executivos. Ainda que não se tenha notícia da data exata em que efetuada a venda do automóvel pela executada, é possível concluir que o bem saiu da sua esfera de propriedade após

³² PAIVA, J. P. L. **O Novo CPC e as Repercussões nas Atividades Notariais e Registrais**. Porto Alegre: [s.n.], 2016. Disponível em: <<http://www.irib.org.br>>. Acesso em: 19 de novembro de 2016.

a inscrição do débito em dívida ativa e a sua regular citação, restando incontestada a presença do primeiro requisito para a presunção da fraude. 5. Não se desincumbiu o embargante do ônus de provar que a executada possui bens e rendas bastantes para a garantia do débito tributário. De fato, há informações de que a empresa devedora enfrenta diversas execuções fiscais, sendo que não há no presente feito quaisquer alegações ou documentos que indiquem a existência de outras propriedades e rendas em nome da executada, sendo de rigor o reconhecimento da fraude à execução fiscal. 6. Reforma da sentença, com a consequente inversão dos ônus sucumbenciais, estando suspensa a exigibilidade do pagamento de honorários em razão da assistência judiciária gratuita concedida. 7. Apelação da União provida.³³

3.1.4 Aplicação da distribuição dinâmica do ônus da prova

O artigo 373 trata do ônus da prova no novo Código de Processo Civil:

O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

§ 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

§ 2º A decisão prevista no § 1º deste artigo não pode gerar situação em que a desincumbência do encargo pela parte seja impossível ou excessivamente difícil.

§ 3º A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, salvo quando:

I - recair sobre direito indisponível da parte;

II - tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.

§ 4º A convenção de que trata o § 3º pode ser celebrada antes ou durante o processo

Portanto, incumbe ao autor a prova do fato constitutivo de seu direito, e ao réu a prova de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor.

Como ensina Medina, a teoria das *cargas probatórias dinâmicas* foi desenvolvida por Jorge W. Peryano,³⁴ sendo que:

A teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova rompe com as regras rígidas e estáticas da distribuição legal do *onus probandi* tornando-as mais flexíveis, adaptáveis a uma situação concreta. Assim, não importa a posição da parte, se autora ou ré, nem a espécie do fato a ser provado, se constitutivo, impeditivo, modificativo ou extintivo. O magistrado deverá atribuir o encargo de provar, levando em consideração, no caso concreto, qual das partes possui melhores condições de assumi-lo. Tal teoria está ligada aos princípios processuais e aos deveres de lealdade, solidariedade, colaboração,

³³ Brasil. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. AC 00233244820154039999. São Paulo/SP: [s.n.], 26 de agosto de 2016 DJe. 3ª T., Relator: Des. Nelton dos Santos. Disponível em: <<http://www.trf3.jus.br/>>. Acesso em: 14 de setembro de 2016.

³⁴ MEDINA, J. M. G. *Novo Código de Processo Civil Comentado*. 3ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 630.

cooperação e boa-fé objetiva das partes, dos terceiros e de todos aqueles que participam do processo.³⁵

Nesse passo, o parágrafo 1º do artigo 373 autoriza a redistribuição do ônus da prova pelo Juiz (de ofício ou a requerimento de uma das partes), diante das peculiaridades do caso concreto, relacionadas às dificuldades ou facilidades de obtenção da prova do fato contrário. O momento mais adequado para a inversão do ônus da prova é na fase de saneamento do processo, nos termos do art. 357, III do CPC/2015.³⁶

É razoável e correto que seja imposto ao adquirente o ônus de realizar a prova, em meio ao embargos de terceiro que ajuizará (e não ao credor na execução, que somente trará indícios de que os requisitos para a decretação da fraude estão presentes), de que agiu com diligência, obtendo as certidões dos distribuidores forenses do local do bem e do domicílio do alienante, e mesmo assim, não teve conhecimento da pendência da ação que poderia reduzir o alienante à insolvência, pois tem as melhores condições de fazê-lo. O ônus de provar a má-fé do adquirente deverá ser do exequente (e não do alienante) somente nos casos em que existir ação em curso em comarca ou seção judiciária diversa do foro onde se situa o bem ou o domicílio do alienante. Tendo em vista que no Brasil inexistente um registro público nacional que centralize o cadastro de todas as ações judiciais, seria desproporcional e desarrazoado exigir do adquirente a apresentação de certidões negativas fora da comarca ou seção judiciária em que se localiza o bem ou tem domicílio o alienante. O Centro de Estudos Avançados de Processo (CEAPRO) aprovou por aclamação um enunciado elaborado por seu grupo de execução, no mesmo sentido do que defendemos: “A Súmula 375 do STJ não impede a atribuição diversa do ônus da prova de que trata o §1º do art. 373”.³⁷

“Nas hipóteses em que a prova do fato constitutivo do direito do autor está em poder do réu, deve ser invertido o ônus da prova (art. 333, I do CPC).”³⁸

Os fundamentos que justificam a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova se encontram nos princípios constitucionais da isonomia (arts. 5º, caput, da CF), do devido processo legal (art. 5º, XIV, da CF), e do acesso à justiça (art. 5º XXXV, da CF). Ressalta-se que, os textos do projeto do novo CPC explicitam a necessidade de observância dos princípios constitucionais no processo. Assim, na parte geral, existem disposições claras de princípios constitucionais processuais, que ampliam a valorização do dever de cooperação das partes, da boa-fé processual, da isonomia, da formação de contraditório anterior à decisão judicial, entre outros.³⁹

³⁵ BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 120.

³⁶ Ibid., p. 121.

³⁷ BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. pp. 122 e 123.

³⁸ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 855.828/CE**. Brasília: [s.n.], 18 de setembro de 2006. 2ª T., rel. Min. Humberto Martins. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 19 de novembro de 2016.

³⁹ BRUSCHI; NOLASCO; AMADEO, op. cit., p. 129.

3.1.5 Bens Impenhoráveis

Conforme Capítulo 2, *Responsabilidade Patrimonial Secundária*, o executado responde pelo cumprimento da obrigação com todos os seus bens, presentes e futuros, ressalvados os bens que a Lei considera imunes à atividade executiva.

Nos termos do artigo 832 do CPC, “Não estão sujeitos à execução os bens que a lei considera impenhoráveis ou inalienáveis”.

“Em relação à Fazenda Pública, o tratamento é diferenciado, uma vez que os bens públicos são impenhoráveis por sua própria natureza.”⁴⁰

As regras relativas às medidas executivas devem ser interpretadas à luz da Constituição, conforme decidido pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

O rol das impenhorabilidades do ordenamento pátrio objetiva preservar o mínimo patrimonial necessário à existência digna do executado, impondo ao processo executório certos limites. Assim, a depender das peculiaridades do caso, as regras de impenhorabilidade podem ser ampliadas, de modo a adequar a tutela aos direitos fundamentais, como por exemplo: o direito à moradia, à saúde ou à dignidade da pessoa humana. Trata-se, portanto, da aplicação do princípio da adequação e da necessidade sob o enfoque da proporcionalidade. 3. Implícita ou explicitamente, a indicação de que bem é absolutamente impenhorável, em regra, pode sofrer mitigação em razão do elevado valor do bem. Todavia, essa restrição não pode ser levada em consideração, tendo em vista que o automóvel constricto possui "pequeno valor."⁴ Tem-se que é adequado e proporcional considerar impenhorável bem constricto. Isto porque é utilizado para transportar portador de necessidades especiais e possui pequeno valor, razão pela qual deve ser mantida a desconstituição de penhora, sob pena de comprometer a dignidade humana do devedor. Recurso especial improvido.⁴¹

3.1.5.1 Bens absolutamente impenhoráveis

O art. 833 do CPC apresenta o rol dos bens que são *absolutamente impenhoráveis*, isto é, estão *a salvo* da responsabilidade patrimonial do devedor:

Art. 833. São impenhoráveis:

I - os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução;

II - os móveis, os pertences e as utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou os que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida;

III - os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor;

IV - os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2º;

⁴⁰ MARINONI, L. G.; ARENHART, S. C.; MITIDIERO, D. **Novo Curso de Processo Civil - Tutela dos Direitos Mediante Procedimento Comum**. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 901.

⁴¹ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.436.739/PR**. Brasília: [s.n.], 02 de abril de 2014 DJe. 2ª T., Relator: Min. Humberto Martins. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

V - os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado;

VI - o seguro de vida;

VII - os materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem penhoradas;

VIII - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família;

IX - os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social;

X - a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários-mínimos;

XI - os recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político, nos termos da lei;

XII - os créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra.

§ 1º A impenhorabilidade não é oponível à execução de dívida relativa ao próprio bem, inclusive àquela contraída para sua aquisição.

§ 2º O disposto nos incisos IV e X do caput não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais, devendo a constrição observar o disposto no art. 528, § 8º, e no art. 529, § 3º.

§ 3º Incluem-se na impenhorabilidade prevista no inciso V do caput os equipamentos, os implementos e as máquinas agrícolas pertencentes a pessoa física ou a empresa individual produtora rural, exceto quando tais bens tenham sido objeto de financiamento e estejam vinculados em garantia a negócio jurídico ou quando respondam por dívida de natureza alimentar, trabalhista ou previdenciária.

Quanto à impenhorabilidade prevista no artigo 833, V do CPC/2015, a jurisprudência tem se manifestado no sentido de que basta que o bem seja útil, e não indispensável, para ser impenhorável.

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. ART. 649, VI, DO CPC. BEM IMPE-
NHORÁVEL. SÚMULA 7/STJ. 1. O recurso especial não é sede própria para o exame
de questões relacionadas à possibilidade ou não de penhora de bem móvel se, para
tanto, faz-se necessário o reexame dos elementos fáticos em que se desenvolveu a con-
trovérsia. Inteligência da Súmula n. 7/STJ. 2. O art. 649, VI, do CPC, para fazer o bem
impenhorável, exige, que ele seja útil, e não indispensável, ao exercício do atividade
profissional. 3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, improvido.⁴²

Por outro lado, há precedente do STJ no sentido de que não são impenhoráveis, um ou alguns dos bens do executado, quando este dispõe de grande quantidade para o exercício de sua atividade.

EXECUÇÃO. IMPENHORABILIDADE. MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍ-
COLAS. EXECUTADOS PROPRIETÁRIOS DE EXTENSA ÁREA RURAL, EX-
PLORADORES DA ATIVIDADE ECONÔMICA NO CAMPO. INEXISTÊNCIA DE
AFRONTA AO ART. 649, VI, DO CPC. – Não se tratando de pequeno trabalhador
rural que exerça a sua profissão para prover à própria subsistência, inaplicável é a

⁴² Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 614.022/PR**. Brasília: [s.n.], 26 de outubro de 2006 DJe. 2ª T., Relator: Min. João Otávio de Noronha. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 27 de setembro de 2016.

norma do art. 649, VI, do Código de Processo Civil. Precedentes do STJ. Recurso especial não conhecido.⁴³

Outrossim, também há precedente do STJ no sentido de que não se considera impenhorável o imóvel em que está instalado o estabelecimento em que trabalha o executado.

PROCESSO CIVIL. PENHORA DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO EXECUTADO, NO QUAL ESTÁ INSTALADA SUA CLÍNICA MÉDICA. ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE DO BEM FUNDAMENTADA NO ART. 649, VII, DO CPC. AFASTAMENTO. - Consoante precedente da 3ª Turma do STJ, o imóvel onde se instala o estabelecimento no qual trabalha o devedor - seja ele um escritório de advocacia, uma clínica médica ou qualquer outra sociedade - não está abrangido pela impenhorabilidade determinada pelo art. 649, VI, do CPC (com a redação anterior à Lei nº 11.382/2006). Tal dispositivo legal somente atribui impenhorabilidade aos livros, máquinas, utensílios e instrumentos necessários ou úteis ao desempenho de qualquer profissão. Recurso especial conhecido e provido.⁴⁴

Quanto as restrições às medidas executivas, manifesta-se a doutrina:

A regra não autoriza, segundo nosso modo de pensar, que o executado se escuse de pagar uma dívida investindo todo o seu patrimônio em um automóvel luxuoso.(...)É que, como observamos acima, as restrições às medidas executivas devem amoldar-se adequadamente a tais necessidades, em atenção aos princípios da máxima efetividade e da menor restrição possível. Assim, não se deve permitir que a execução reduza o executado a uma situação indigna; no entanto, o mesmo princípio não autoriza que o executado abuse desse direito, manejando-o para indevidamente impedir a atuação executiva. Caso a penhora do bem decorra de iniciativa do próprio executado, terá ele renunciado ao benefício da impenhorabilidade, a que se refere o dispositivo ora comentado(...). O STJ examinou caso interessante, em que tal regra foi interpretada à luz do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III da CF/1988), em que se admitiu a impenhorabilidade de automóvel adaptado à condição de deficiente físico do executado (STJ, REsp 1.475.852/SC, rel. Min. Herman Benjamin, 2ª T., j. 04.11.2014).⁴⁵

A impenhorabilidade prevista no artigo 833, IV do CPC, admite exceções, tais como a penhora de precatório referente à repetição de indébito tributário.

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. DEVIDO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES RECURSAIS. PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO ORIUNDA DE DESCONTO NA FONTE DE IMPOSTO DE RENDA. INDENIZAÇÃO EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. ART. 649, IV, DO CPC. INAPLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE RESCISÃO CONTRATUAL. NATUREZA REMUNERATÓRIA DA VERBA PRINCIPAL. IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. RECURSOS REPETITIVOS 1.227.133/RS E 1.089.720/RS. 1. A controvérsia trazida à apreciação desta Corte cinge-se à possibilidade de penhora no rosto dos autos de repetição de indébito tributário oriunda de desconto diretamente

⁴³ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 493.353/MT**. Brasília: [s.n.], 27 de junho de 2005 DJe. 4ª T., Relator: Min. Barros Monteiro. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 19 de setembro de 2016.

⁴⁴ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 857.327/PR**. Brasília: [s.n.], 05 de setembro de 2008 DJe. 3ª T., Relator: Min. Nancy Andrighi. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 21 de setembro de 2016.

⁴⁵ MEDINA, J. M. G. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 1126.

na fonte de imposto de renda incidente sobre verbas recebidas em reclamatória trabalhista e juros de mora respectivos. 2. Inexiste violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso. 3. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido da impossibilidade de penhora das verbas de natureza alimentar tais como os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria e pensões, entre outras, em decorrência da vedação contida no art. 649, inciso IV, do CPC. 4. Os valores objeto de precatório referente à repetição de indébito tributário não estão inseridos no rol de impenhorabilidade do art. 649, inciso IV, do CPC, por faltar-lhe natureza alimentar. 5. A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1.089.720/RS, firmou orientação de que, em regra, incide imposto de renda sobre os juros de mora, inclusive quando recebidos em virtude de reclamatória trabalhista, ressalvadas duas hipóteses: a) os juros de mora, sendo verba acessória, seguem a mesma sorte da verba principal - *accessorium sequitur suum principale*; b) os juros de mora recebidos em decorrência de rescisão do contrato de trabalho por perda de emprego, indiferentemente da natureza da verba principal, não são tributados pelo imposto de renda. 6. Não obstante as verbas recebidas pelo recorrido sejam decorrentes de reclamatória trabalhista, não se verifica que foram pagas no contexto de rescisão de contrato de trabalho, situação que configura que natureza remuneratória do montante principal (horas extras) sobre o qual incidiram os juros de mora, que seguem a sorte do principal. Recurso especial improvido.⁴⁶

Nesse passo, admite-se, também, a penhora “para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais”, consoante o § 2º do artigo 833 do CPC.

DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL. FAMÍLIA. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PENHORA DE APOSENTADORIA. POSSIBILIDADE. ART. 649, IV E VII, DO CPC. PENHORA DA INTEGRALIDADE DO VALOR DA APOSENTADORIA. INADMISSIBILIDADE. NECESSIDADE DE FIXAÇÃO EM PERCENTUAL QUE POSSIBILITE A SUBSISTÊNCIA DO EXECUTADO-ALIMENTANTE. - Os proventos líquidos de aposentadoria podem ser penhorados para pagamento de execução de pensão alimentícia, não obstante o inc. VII, do art. 649, do CPC silencie a esse respeito. - Para pagamento de prestação alimentícia, não pode ser penhorada a integralidade dos proventos líquidos de aposentadoria, mas apenas um percentual que permita o indispensável à subsistência do executado-alimentante; que, na espécie, é fixado em 66 por cento dos proventos líquidos da aposentadoria mensal do recorrente. Recurso especial provido apenas para adequação do percentual da penhora.⁴⁷

Mesmo na vigência do CPC/1973, que não previa tal teto à impenhorabilidade, decidia-se que a penhora de parte da remuneração recebida pelo executado: “Não viola a garantia assegurada ao titular de verba alimentar a afetação de parcela menor de montante maior, desde que o percentual afetado se mostre insuscetível de comprometer o sustento do favorecido e de sua família e que a afetação vise à satisfação de legítimo crédito de terceiro, representado por título executivo” (STJ, REsp 1.356.404/DF, rel. Min. Raul Araújo, 4ª T., j. 04.06.2013).⁴⁸

⁴⁶ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.496.513/RS**. Brasília: [s.n.], 12 de fevereiro de 2015 DJe. 2ª T., Relator: Min. Humberto Martins. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 27 de setembro de 2016.

⁴⁷ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 770.797/RS**. Brasil. Superior Tribunal de Justiça: [s.n.], 18 de dezembro de 2006 DJe. 3ª T., Relator: Min. Nancy Andrighi. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 19 de setembro de 2016.

⁴⁸ MEDINA, J. M. G. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 1127.

PROCESSO CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA DE VALORES EM CONTA CORRENTE. PROVENTOS DE FUNCIONÁRIA PÚBLICA. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. ART. 649, IV, DO CPC. 1. É possível a penhora "on line" em conta corrente do devedor, contanto que ressalvados valores oriundos de depósitos com manifesto caráter alimentar. 2. É vedada a penhora das verbas de natureza alimentar apontadas no art. 649, IV, do CPC, tais como os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria e pensões, entre outras. 3. Recurso especial provido.⁴⁹

A jurisprudência do STJ e do STF é pacífica no sentido de considerar os honorários advocatícios, oriundos de contrato ou de sucumbência, verba de natureza alimentar.⁵⁰

Nesse sentido, a jurisprudência do Egrégio Tribunal Federal da 3ª Região:

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. APELAÇÃO. RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA. PAGAMENTO CONCOMITANTE COM REMUNERAÇÃO. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 60 DA LEI N. 8.213/91. SEM REFLEXO NOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DIREITO AUTÔNOMO DO ADVOGADO. ART. 23 DA LEI N. 8.906/94. ART. 85, CAPUT E § 14º DO NOVO CPC. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. FIXAÇÃO DO VALOR DEVIDO. A vedação prevista no artigo 60 da Lei n. 8.213/91, na redação dada pela Medida Provisória n. 664, de 30 de dezembro de 2014, obsta o recebimento conjunto de auxílio doença da Previdência Social e de salário decorrente de vínculo empregatício, por ter sido desnaturada a incapacidade para o desempenho de sua atividade habitual, no período laborado, da qual decorre essa espécie de benefício. Nada obstante, o desempenho de atividade laborativa pelo segurado não causa reflexo nos honorários advocatícios fixados na fase de conhecimento, por constituir-se em direito autônomo do advogado, a afastar o vínculo de acessoriedade em relação ao crédito exequendo e à pretensão de compensação (art. 23, Lei 8.906/94). Esta tese está consagrada no novo Diploma Processual Civil, cujo artigo 85, caput e § 14º, estabelece que "Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial." Negativa de provimento ao recurso do INSS. Fixação do total devido por esta Corte, mediante ajuste dos cálculos das partes, na forma dessa decisão.⁵¹

Entretanto, se os honorários recebidos forem de valor elevado, poderá haver a penhora do montante que exceder o que seria de natureza alimentar.⁵²

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA ALIMENTAR DA VERBA. IMPENHORABILIDADE (CPC, ART. 649, IV). MITIGAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS ESPECIAIS. ELEVADA SOMA. POSSIBILIDADE DE AFETAÇÃO DE PARCELA MENOR DE MONTANTE MAIOR. DIREITO DO CREDOR. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. É firme nesta Corte Superior o entendimento que reconhece a natureza alimentar dos honorários advocatícios e a impossibilidade de penhora sobre verba alimentar, em

⁴⁹ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 904.774/DF**. Brasília: [s.n.], 16 de novembro de 2011 DJe. 4ª T., Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 23 de setembro de 2016.

⁵⁰ C. STJ, REsp 854.535/RS, 1ª T. j. 13.02.2007 rel. Min. José Delgado

⁵¹ Brasil. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. **AC 00090282120154039999**. São Paulo/SP: [s.n.], 16 de agosto de 2016 DJe. 9ª T., Relator: Juiz convocado Rodrigo Zacharias. Disponível em: <<http://www.trf3.jus.br/>>. Acesso em: 19 de setembro de 2016.

⁵² MEDINA, J. M. G. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 1128.

face do disposto no art. 649, IV, do CPC. 2. Contudo, a garantia de impenhorabilidade assegurada na regra processual referida não deve ser interpretada de forma gramatical e abstrata, podendo ter aplicação mitigada em certas circunstâncias, como sucede com crédito de natureza alimentar de elevada soma, que permite antever-se que o próprio titular da verba pecuniária destinará parte dela para o atendimento de gastos supérfluos, e não, exclusivamente, para o suporte de necessidades fundamentais. 3. Não viola a garantia assegurada ao titular de verba de natureza alimentar a afetação de parcela menor de montante maior, desde que o percentual afetado se mostre insuscetível de comprometer o sustento do favorecido e de sua família e que a afetação vise à satisfação de legítimo crédito de terceiro, representado por título executivo. 4. Sopesando criteriosamente as circunstâncias de cada caso concreto, poderá o julgador admitir, excepcionalmente, a penhora de parte menor da verba alimentar maior sem agredir a garantia desta em seu núcleo essencial. 5. Com isso, se poderá evitar que o devedor contumaz siga frustrando injustamente o legítimo anseio de seu credor, valendo-se de argumento meramente formal, desprovido de mínima racionalidade prática. 6. Caso se entenda que o caráter alimentar da verba pecuniária recebe garantia legal absoluta e intransponível, os titulares desses valores, num primeiro momento, poderão experimentar uma sensação vantajosa e até auspiciosa para seus interesses. Porém, é fácil prever que não se terá de aguardar muito tempo para perceber os reveses que tal irrazoabilidade irá produzir nas relações jurídicas dos supostos beneficiados, pois perderão crédito no mercado, passando a ser tratados como pessoas inidôneas para os negócios jurídicos, na medida em que seus ganhos constituirão coisa fora do comércio, que não garante, minimamente, os credores. 7. Recurso especial a que se nega provimento.⁵³

Também é absolutamente impenhorável “a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família”, nos termos do artigo 833, VIII do CPC/2015, bem como da Constituição Federal, artigo 5º, inciso XXVI.

Nos termos do artigo 50, § 2º do Estatuto da Terra (Lei 4.504/1964), considera-se *pequena propriedade rural* a que tenha entre um e quatro módulos fiscais, o que pode variar em cada Município de acordo com o tipo de exploração em cada Município e o conceito de propriedade familiar.⁵⁴

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA. ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. OFERECIMENTO DE BEM EM GARANTIA. PEQUENA PROPRIEDADE RURAL. IMPENHORABILIDADE. EQUIPARAÇÃO À GARANTIA REAL HIPOTECÁRIA. DESCABIMENTO. 1.- A proteção legal assegurada ao bem de família pela Lei 8.009/90 não pode ser afastada por renúncia, por tratar-se de princípio de ordem pública, que visa a garantia da entidade familiar. 2.- A ressalva prevista no art. 3º, inciso V, da Lei 8.009/90 não alcança a hipótese dos autos, limitando-se, unicamente, à execução hipotecária, não podendo benefício da impenhorabilidade ser afastado para a execução de outras dívidas. Por tratar-se de norma de ordem pública, que visa a proteção da entidade familiar, e não do devedor, a sua interpretação há de ser restritiva à hipótese contida na norma. 3.- Recurso Especial improvido.⁵⁵

Outrossim, são impenhoráveis os recursos públicos recebidos por instituições privadas, nos termos do artigo 833, IX do CPC.

Pense-se, por exemplo, no caso de uma escola filantrópica que comprove finalidade não lucrativa, não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas

⁵³ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.356.404/DF**. Brasília: [s.n.], 23 de agosto de 2013 DJe. 4ª T., Relator: Min. Raul Araújo. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 16 de setembro de 2016.

⁵⁴ CÂMARA, A. F. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015. p. 347.

⁵⁵ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.115.265/RS**. Brasília: [s.n.], 10 de maio de 2012 DJe. 3ª T., Relator: Min. Sidnei Beneti. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 26 de setembro de 2016.

de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, aplique seus excedentes financeiros em educação, assegure a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerrar suas atividades, e aceite prestar contas ao Poder Público de valores dele recebidos. Pois, neste caso, permite-se que recursos públicos lhe sejam destinados, mesmo se tratando de uma entidade privada (art. 77 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996). Pois tais recursos públicos, recebidos pela escola filantrópica, só podem ser destinados a aplicação na atividade educacional, o que os torna absolutamente impenhoráveis.⁵⁶

Quanto à impenhorabilidade da caderneta de poupança, prevista no artigo 833, X do CPC, restringe-se ao total de 40 salários-mínimos, independentemente do titular ter várias contas, sendo penhorável, portanto, o excedente. Ademais, conforme já explicitado neste capítulo, é possível a penhora de caderneta de poupança, mesmo com saldo inferior a 40 salários-mínimos, quando se tratar de execução de pensão alimentícia.

PROCESSO CIVIL. IMPENHORABILIDADE DE DEPÓSITOS EM CADERNETA DE POUPANÇA. EXISTÊNCIA DE MAIS DE UMA APLICAÇÃO. EXTENSÃO DA IMPENHORABILIDADE A TODAS ELAS, ATÉ O LIMITE DE 40 SALÁRIOS MÍNIMOS FIXADO EM LEI. 1. O objetivo do novo sistema de impenhorabilidade de depósito em caderneta de poupança é, claramente, o de garantir um mínimo existencial ao devedor, como corolário do princípio da dignidade da pessoa humana. Se o legislador estabeleceu um valor determinado como expressão desse mínimo existencial, a proteção da impenhorabilidade deve atingir todo esse valor, independentemente do número de contas-poupança mantidas pelo devedor. 2. Não se desconhecem as críticas, "de lege ferenda", à postura tomada pelo legislador, de proteger um devedor que, em lugar de pagar suas dívidas, acumula capital em uma reserva financeira. Também não se desconsidera o fato de que tal norma possivelmente incentivaria os devedores a, em lugar de pagar o que devem, depositar o respectivo valor em caderneta de poupança para burlar o pagamento. Todavia, situações específicas, em que reste demonstrada postura de má-fé, podem comportar soluções também específicas, para coibição desse comportamento. Ausente a demonstração de má-fé, a impenhorabilidade deve ser determinada. 3. Recurso especial conhecido e provido.⁵⁷

São também impenhoráveis os recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político (art. 833, XI).

Trata-se de norma destinada a assegurar que os partidos políticos preservem os valores que recebem do fundo partidário, de modo que possam custear seu funcionamento e arcar com o custo de suas atividades, as quais são essenciais para o pleno desenvolvimento democrático.⁵⁸

Por fim, o artigo 833, XII do CPC prevê a impenhorabilidade dos créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias. Como exemplo, Câmara menciona a hipótese de falência de uma incorporadora durante a incorporação de um edifício. Neste caso, a comissão de representantes promove a venda em leilão público de unidade que ainda não havia sido alienada pelo

⁵⁶ CÂMARA, A. F. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015. p. 348.

⁵⁷ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.231.123/SP**. Brasília: [s.n.], 30 de agosto de 2012 DJe. 3ª T., Relator: Min. Nancy Andrighi. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

⁵⁸ CÂMARA, 2015, loc. cit.

incorporador; o dinheiro obtido será revertido para o prosseguimento da obra e não poderá ser penhorado.⁵⁹

3.1.5.2 Impenhorabilidade Relativa

Consoante o artigo 834 do Código de Processo Civil, “Podem ser penhorados, à falta de outros bens, os frutos e os rendimentos dos bens inalienáveis”, ou seja, se não houver outros bens que possam ser constrictos, poderá incidir a responsabilidade patrimonial sobre eles.

Entretanto, essa regra não se aplica aos frutos e rendimentos de bens públicos, que são bens inalienáveis e portanto, absolutamente impenhoráveis.⁶⁰

3.1.5.3 Impenhorabilidade do Bem de Família

A impenhorabilidade do imóvel residencial foi instituída pela Lei 8009/90 e tem previsão no artigo 833, I do CPC/2015.

O artigo 1º da Lei 8009/90 considera impenhorável “o imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar”, bem como o “imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados”, salvo se se tratar da cobrança das dívidas a que se refere o art. 3 da mesma Lei. A impenhorabilidade do bem de família, no entanto, não é absoluta, não alcançando “obras de arte e adornos suntuosos (art. 2º, *caput*, da Lei 8009/90). O inc. II do art. 833 do CPC (correspondente ao art. 644, II do CPC/1973) acrescenta que não são impenhoráveis os móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado “que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida”. Além disso, se o executado for proprietário de vários imóveis utilizados como residência, a impenhorabilidade recairá sobre o de menor valor (art. 5º, parágrafo único, da Lei 8009/90).⁶¹

Nesse contexto, o Código Civil estabeleceu importante parâmetro quanto ao bem de família convencional, conforme artigos 1.711 e seguintes:

Art. 1.711. Podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não ultrapasse um terço do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição, mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecida em lei especial.

Parágrafo único. O terceiro poderá igualmente instituir bem de família por testamento ou doação, dependendo a eficácia do ato da aceitação expressa de ambos os cônjuges beneficiados ou da entidade familiar beneficiada.

Art. 1.712. O bem de família consistirá em prédio residencial urbano ou rural, com suas pertencas e acessórios, destinando-se em ambos os casos a domicílio familiar, e poderá abranger valores mobiliários, cuja renda será aplicada na conservação do imóvel e no sustento da família.

⁵⁹ CÂMARA, 2015, loc. cit.

⁶⁰ MARINONI, L. G.; ARENHART, S. C.; MITIDIERO, D. **Novo Curso de Processo Civil - Tutela dos Direitos Mediante Procedimento Comum**. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 906.

⁶¹ MEDINA, J. M. G. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. pp. 1120 e 1121.

A jurisprudência vem se manifestando no sentido de *estender* a proteção instituída pela Lei 8.009/90, quando reconhecida sobre metade de imóvel relativa à meação, de forma a abranger a integralidade do bem:

PROCESSO CIVIL. LEI N. 8.009/1990. RECURSO ESPECIAL. DOAÇÃO DO IMÓVEL À FILHA. NÃO CONFIGURAÇÃO DE FRAUDE À EXECUÇÃO. IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA. BEM INCINDÍVEL. IMPENHORABILIDADE DA TOTALIDADE DO BEM. 1. A impenhorabilidade do bem de família, via de regra, sobrepõe-se à satisfação dos direitos do credor, ressalvadas as situações previstas nos arts. 3º e 4º da Lei n. 8.009/1990, os quais devem ser interpretados restritivamente. Precedentes. 2. O reconhecimento da ocorrência de fraude à execução e sua influência na disciplina do bem de família deve ser aferida casuisticamente, de modo a evitar a perpetração de injustiças - deixando famílias ao desabrigo - ou a cancelar a conduta ardisosa do executado em desfavor do legítimo direito do credor, observados os parâmetros dos arts. 593, II, do CPC ou 4º da Lei n. 8.009/1990. 3. Quando se trata da alienação ou oneração do próprio bem impenhorável, nos termos da Lei n. 8.009/90, entende-se pela inviabilidade - ressalvada a hipótese prevista no art. 4º da referida Lei - de caracterização da fraude à execução, haja vista que, consubstanciando imóvel absolutamente insuscetível de constrição, não há falar em sua vinculação à satisfação da execução, razão pela qual carece ao exequente interesse jurídico na declaração de ineficácia do negócio jurídico. Precedentes. 4. O parâmetro crucial para discernir se há ou não fraude contra credores ou à execução é verificar a ocorrência de alteração na destinação primitiva do imóvel - qual seja, a morada da família - ou de desvio do proveito econômico da alienação (se existente) em prejuízo do credor. Inexistentes tais requisitos, não há falar em alienação fraudulenta. 5. No caso, é fato incontroverso que o imóvel litigioso, desde o momento de sua compra - em 31/5/1995 -, tem servido de moradia à família mesmo após a separação de fato do casal, quando o imóvel foi doado à filha, em 2/10/1998, continuando a nele residir, até os dias atuais, a mãe, os filhos e o neto; de forma que inexistente alteração material apta a justificar a declaração de ineficácia da doação e a penhora do bem. 6. A proteção instituída pela Lei n. 8.009/1990, quando reconhecida sobre metade de imóvel relativa à meação, deve ser estendida à totalidade do bem, porquanto o escopo precípua da lei é a tutela não apenas da pessoa do devedor, mas da entidade familiar como um todo, de modo a impedir o seu desabrigo, ressalvada a possibilidade de divisão do bem sem prejuízo do direito à moradia. Precedentes. 7. Recurso especial provido.⁶²

Contudo, a impenhorabilidade do bem de família não é ilimitada, de forma que o executado use as regras relativas à impenhorabilidade de forma abusiva, de forma a possibilitar o inadimplemento de suas obrigações.⁶³ Medina entende ainda que “a regra da impenhorabilidade do bem de família deve também ceder, em situações específicas, sempre que o executado investir todo o seu patrimônio em imóvel excessivamente luxuoso e supérfluo, impedindo, com isso, a realização do direito de seus credores”.⁶⁴

Entretanto, a jurisprudência vem se manifestando em sentido contrário ao posicionamento acima transcrito, conforme decisão proferida pelo E. Superior Tribunal de Justiça, que segue:

⁶² Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1227366**. Brasília: [s.n.], 17 de novembro de 2014 DJe. 4ª T., Relator: Min. Luis Felipe Salomao. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 21 de setembro de 2016.

⁶³ MEDINA, J. M. G. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 1121.

⁶⁴ *Ibid.*, p.181.

RECURSO ESPECIAL - DIREITO CIVIL - QUESTÃO PRELIMINAR - JULGAMENTO PROFERIDO POR CÂMARA COMPOSTA MAJORITARIAMENTE POR JUÍZES CONVOCADOS - POSSIBILIDADE, DESDE QUE OBSERVADOS PARÂMETROS LEGAIS - PRECEDENTES - EXISTÊNCIA DE VÍCIO REDIBITÓRIO E O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO DA FORMA MENOS ONEROSA AO DEVEDOR - PREQUESTIONAMENTO - AUSÊNCIA - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ - PENHORA - PARTE IDEAL DE IMÓVEL - POSSIBILIDADE - PRECEDENTES - BEM DE FAMÍLIA - AVALIAÇÃO - JUÍZO DINÂMICO - BEM IMÓVEL DE ELEVADO VALOR - IRRELEVÂNCIA, PARA EFEITOS DE IMPENHORABILIDADE - ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL - DEMONSTRAÇÃO - INEXISTÊNCIA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - MULTA - IMPOSSIBILIDADE - INTUITO PROCRASTINATÓRIO - AUSÊNCIA - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 98/STJ - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO. I - A jurisprudência desta Corte Superior já teve oportunidade de indicar que é possível o julgamento por Turmas ou Câmaras constituídas, em sua maioria, por juízes convocados, desde que a convocação se dê dentro dos parâmetros legais e que observadas as disposições estabelecidas pela Constituição Federal. II - As questões concernentes à existência de vício redibitório, bem como quanto ao prosseguimento da execução da forma menos gravosa ao devedor, não foram objeto de debate ou deliberação no acórdão recorrido, não obstante a oposição de embargos declaratórios, o que atrai a incidência da Súmula 211/STJ. III - É possível a penhora de parte do imóvel, caracterizado como bem de família, quando for possível o desmembramento sem sua descaracterização. Precedentes. IV - A avaliação da natureza do bem de família, amparado pela Lei nº 8.009/90, por ser questão de ordem pública e não se sujeitar à preclusão, comporta juízo dinâmico. E essa circunstância é moldada pelos princípios basilares dos direitos humanos, dentre eles, o da dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos do nosso Estado Democrático, nos termos do 1º, inciso III, da Constituição da República. V - Para que seja reconhecida a impenhorabilidade do bem de família, de acordo com o artigo 1º, da Lei nº 8.009/90, basta que o imóvel sirva de residência para a família do devedor, sendo irrelevante o valor do bem. VI - O art. 3º da Lei nº 8.009/90, que trata das exceções à regra da impenhorabilidade, não faz trazer nenhuma indicação concernente ao valor do imóvel. Portanto, é irrelevante, para efeitos de impenhorabilidade, que o imóvel seja considerado luxuoso ou de alto padrão. Precedente da eg. Quarta Turma. VII - Acerca do índice de correção monetária, impõe-se reconhecer que, não se admite recurso especial pela alínea "c" quando ausente a demonstração, pelo recorrente, das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados. VIII - Os embargos de declaração foram opostos com o intuito de prequestionamento, vedando-se, por lógica, a imposição de multa procrastinatória, nos termos do que dispõe o enunciado da Súmula 98/STJ. IX - Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, parcialmente provido.⁶⁵

Lado outro, se o bem deixar de ser utilizado pelo executado e sua família como residência, no curso da execução, deixará de ser impenhorável.^{66,67}

Por outro lado, não importa se o vencimento da dívida deu-se durante a construção da residência sobre o terreno de propriedade do executado. Observe-se que o terreno não edificado não se caracteriza como bem de família (art. 5º da Lei 8.009/1990), pois não serve à moradia familiar. Contudo, “o vencimento da dívida exequenda durante a

⁶⁵ Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.178.469/SP**. Brasília: [s.n.], 18 de dezembro de 2010 DJe. 3ª T., Relator: Min. Massami Uyeda. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 18 de setembro de 2016.

⁶⁶ MEDINA, J. M. G. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 1123.

⁶⁷ C.F. STJ, REsp 327.726/SP, 4. T. 17.05.2007, rel. Min. Aldir Passarinho Júnior

construção de imóvel sobre terreno de propriedade da devedora, não afasta a incidência da Lei 8., rel. Min. Aldir Passarinho Junior, 4. T., j.06.10.2009).⁶⁸

Como vimos, a instituição do bem de família constitui princípio de ordem pública, de forma que a impenhorabilidade do imóvel residencial tem como escopo a segurança da família.⁶⁹

⁶⁸ MEDINA, J. M. G. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 1123.

⁶⁹ C.F. STJ, AgRg, no Ag 711.179/SP, 3ª T. j. 04.04.2006, rel. Min. Humberto Gomes de Barros.

Conclusão

A utilização fraudulenta das formas jurídicas sempre foi rechaçada pelo direito, uma vez que “As relações sociais se baseiam na confiança legítima das pessoas e na regularidade do direito de cada um. A todos incumbe a obrigação de não iludir os outros, de sorte que, se por sua atividade ou inatividade violarem esta obrigação, deverão suportar as consequências de sua atitude. A presença da boa-fé é requisito indispensável nas relações estabelecidas pelas pessoas para revestir de segurança os compromissos assumidos”.⁷⁰

Nesse contexto, a legislação previu os meios adequados para proteção dos credores de eventuais fraudes, de forma a coibir a dilapidação do patrimônio do executado, tais como os estudados nesse trabalho (fraude contra credores, fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica).

É fato notório o crescimento de fraudes, abusos de direito e confusões patrimoniais, mediante a utilização indevida de pessoas jurídicas pelos sócios-proprietários e diretores, a fim de se exonerarem na responsabilização patrimonial das obrigações assumidas.

Diferentemente do Código de Processo Civil de 1973, o CPC de 2015 deixa claro que tanto as condutas comissivas quanto as omissivas do executado podem representar ato atentatório à dignidade da justiça. Assim, nos termos do artigo 774 são condutas do executado consideradas como atos atentatórios à dignidade da justiça: fraudar a execução; opor-se maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos; dificultar ou embaraçar a realização da penhora; resistir injustificadamente às ordens judiciais; intimado, não indicar ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exhibir prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus.⁷¹

Lado outro, o instituto da desconsideração da personalidade jurídica é fundamental para coibir as fraudes e os abusos de direitos ocorridos por meio da utilização indevida de pessoas jurídicas por seus sócios-proprietários e diretores, uma vez que há o afastamento da autonomia patrimonial da pessoa jurídica.

É preciso fortalecer esses institutos de repressão à fraude, e, conseqüentemente, restará fortalecido todo o sistema jurídico nacional.

Outrossim, concluímos com o estudo apresentado que a Súmula 375 do STJ harmoniza-se com o novo Código de Processo Civil. A primeira parte da Súmula 375 do STJ foi reafirmada pelo artigo 792 do CPC/2015, que prevê a prévia averbação do processo ou da constrição judicial

⁷⁰ CANDEIA, R. Revista da procuradoria-geral do estado / procuradoria-geral do estado do rio grande do sul. v. 9, n. 24 (1979), jul/dez 2011., p. 77.

⁷¹ BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 21.

que recai sobre o bem alienado, para o reconhecimento da fraude à execução. Por sua vez, o § 4º do art. 828 do NCPC considera em fraude à execução a alienação ou a oneração dos bens após essa averbação. A segunda parte da Súmula 375 do STJ foi reafirmada pelo § 2º do art. 792 do NCPC, *verbis*: “No caso de aquisição de bem não sujeito a registro, o terceiro adquirente tem o ônus de provar que adotou as cautelas necessárias para a aquisição, mediante a exibição das certidões pertinentes, obtidas no domicílio do vendedor e no local onde se encontra o bem”.

Portanto, não tendo havido o registro da penhora sobre o bem alienado a terceiro, a fraude à execução somente poderá ficar caracterizada se houver prova de que o terceiro tinha conhecimento da ação ou da constrição. Nesse passo, o terceiro terá o ônus de provar que adotou as cautelas necessárias para a aquisição, mediante a exibição das certidões pertinentes.

Por fim, verificou-se com este trabalho que os institutos da fraude à execução e do incidente de desconsideração da personalidade jurídica instrumentos muito eficazes para coibir os mais graves atos atentatórios à dignidade da justiça, bem como satisfazer o credor.⁷²

⁷² BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 22.

Referências Bibliográficas

AMARAL, C. R. M. do. **A função social da empresa diante da constitucionalização do Direito**. 2011. 19 de julho de 2011. Disponível em: <www.direitonet.com.br>. Acesso em: 14 de novembro de 2016. Citado na página 12.

BIANQUI, P. H. T. **Desconsideração da Personalidade Jurídica no Processo Civi**. [S.l.]: Editora Saraiva, 2011. Citado 2 vezes nas página 13 e 15.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.136.144/RJ**. Brasília: [s.n.], 01 de fevereiro de 2010 DJe. 1ª T., Relator: Min. Luiz Fux. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 19 de setembro de 2016. Citado na página 36.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.436.739/PR**. Brasília: [s.n.], 02 de abril de 2014 DJe. 2ª T., Relator: Min. Humberto Martins. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 22 de setembro de 2016. Citado na página 50.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 857.327/PR**. Brasília: [s.n.], 05 de setembro de 2008 DJe. 3ª T., Relator: Min. Nancy Andrighi. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 21 de setembro de 2016. Citado na página 52.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.115.265/RS**. Brasília: [s.n.], 10 de maio de 2012 DJe. 3ª T., Relator: Min. Sidnei Beneti. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 26 de setembro de 2016. Citado na página 55.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 970.635/SP**. Brasília: [s.n.], 10 de novembro de 2009 DJe. 3ª T., Relator: Min. Nancy Andrighi. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 21 de setembro de 2016. Citado 2 vezes nas página 13 e 14.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 329.513/SP**. Brasília: [s.n.], 11 de março de 2002 DJe. 3ª T., Relator: Min. Nancy Andrighi. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 26 de setembro de 2016. Citado na página 34.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.496.513/RS**. Brasília: [s.n.], 12 de fevereiro de 2015 DJe. 2ª T., Relator: Min. Humberto Martins. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 27 de setembro de 2016. Citado na página 53.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no Ag 1392703/RS**. Brasília: [s.n.], 14 de junho de 2011 DJe. 2ª T., Relator: Min. Mauro Campbell Marques. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016. Citado na página 23.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 971.884/PR**. Brasília: [s.n.], 16 de fevereiro de 2012 DJe. 3ª T., Relator: Min. Sidnei Beneti. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 24 de setembro de 2016. Citado na página 34.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 904.774/DF**. Brasília: [s.n.], 16 de novembro de 2011 DJe. 4ª T., Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 23 de setembro de 2016. Citado na página 54.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1096604/DF**. Brasília: [s.n.], 16 de outubro de 2012. 4ª T., Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Acesso em: 14 de novembro de 2016. Citado na página 16.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1096604/DF**. Brasília: [s.n.], 16 de outubro de 2012 DJe. 4ª T., Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 22 de setembro de 2016. Citado na página 30.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **AgREsp 201500513740**. 17 de março de 2016 DJe. 2ª T., Relator: Min. Assusete Magalhães. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016. Citado na página 40.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1227366**. Brasília: [s.n.], 17 de novembro de 2014 DJe. 4ª T., Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 21 de setembro de 2016. Citado na página 58.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no REsp 1.112.648/DF**. Brasília: [s.n.], 18 de agosto de 2015 DJe. 3ª T., Relator: Min. Moura Ribeiro. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 20 de setembro de 2016. Citado na página 44.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 770.797/RS**. Brasil. Superior Tribunal de Justiça: [s.n.], 18 de dezembro de 2006 DJe. 3ª T., Relator: Min. Nancy Andrighi. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 19 de setembro de 2016. Citado na página 53.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.178.469/SP**. Brasília: [s.n.], 18 de dezembro de 2010 DJe. 3ª T., Relator: Min. Massami Uyeda. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 18 de setembro de 2016. Citado na página 59.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no AREsp 231. 558/PR**. 18 de dezembro de 2014. 4ª T., Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016. Citado na página 15.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 855.828/CE**. Brasília: [s.n.], 18 de setembro de 2006. 2ª T., rel. Min. Humberto Martins. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 19 de novembro de 2016. Citado na página 49.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **AGARESP 201201974058**. Brasília: [s.n.], 2 de fevereiro de 2015. 4ª T., Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 19 de novembro de 2016. Citado na página 46.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 948.117/MS**. Brasília: [s.n.], 22 de junho de 2010 DJe. 3ª T., Relator: Min. Nancy Andrighi. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 17 de setembro de 2016. Citado 2 vezes nas páginas 14 e 20.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.356.404/DF**. Brasília: [s.n.], 23 de agosto de 2013 DJe. 4ª T., Relator: Min. Raul Araújo. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 16 de setembro de 2016. Citado na página 55.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **AGARESP 201403395163**. Brasília: [s.n.], 23 de setembro de 2015 DJe. 1ª T., Relator: Desembargador convocado do TRF da 1ª região Olindo Menezes. Acesso em: 14 de novembro de 2016. Citado na página 19.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no AREsp 511.744/SP**. Brasília: [s.n.], 24 de março de 2015 DJe. 3ª T., Relator: Min. João Otávio de Noronha. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 03 de outubro de 2016. Citado na página 14.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 306.465/ES**. Brasília, DF: [s.n.], 25 de abril de 2011 DJe. Corte Especial, Rel. Min. Laurita Vaz. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 29 de setembro de 2016. Citado na página 32.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no AREsp 427.980/PR**. Brasília: [s.n.], 25 de fevereiro de 2014 DJe. 4ª T., Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 29 de setembro de 2016. Citado na página 31.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 614.022/PR**. Brasília: [s.n.], 26 de outubro de 2006 DJe. 2ª T., Relator: Min. João Otávio de Noronha. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 27 de setembro de 2016. Citado na página 51.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no AREsp 21.073/RS**. Brasília: [s.n.], 26 de outubro de 2011 DJe. 2ª T., Relator: Min. Humberto Martins. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 21 de setembro de 2016. Citado na página 24.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 493.353/MT**. Brasília: [s.n.], 27 de junho de 2005 DJe. 4ª T., Relator: Min. Barros Monteiro. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 19 de setembro de 2016. Citado na página 52.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 200602642159**. Brasília: [s.n.], 27 de junho de 2011 DJe. 4ª T., Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2016. Citado na página 26.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.236.916**. Brasília: [s.n.], 28 de outubro de 2013 DJe. 3ª T., Relator: Min. Nancy Andrighi. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 16 de setembro de 2016. Citado na página 20.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.231.123/SP**. Brasília: [s.n.], 30 de agosto de 2012 DJe. 3ª T., Relator: Min. Nancy Andrighi. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016. Citado na página 56.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. **REsp repetitivo 956.943/PR**. Brasília: [s.n.], DJe 1 de dezembro de 2014. Corte Especial, Relator: Min. João Otávio de Noronha. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 29 de setembro de 2016. Citado na página 45.

Brasil. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Ap. 0056491-54.2011.8.26.0224**. São Paulo/SP: [s.n.], 02 de abril de 2013 DJe. 17ª Câ. Direito Privado., Relator: Des. Luiz Sabbato. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/>>. Acesso em: 28 de setembro de 2016. Citado na página 18.

Brasil. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Ap. 0014444-93.2010.8.26.0032**. São Paulo: [s.n.], 28 de fevereiro de 2014 DJe. 20ª Câ. Direito Privado., Relator: Des. Maria Lúcia Pizzotti. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/>>. Acesso em: 30 de setembro de 2016. Citado na página 32.

Brasil. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. **AC 00271185720034036100**. São Paulo/SP: [s.n.], 04 de setembro de 2015 DJe. 11ª T., Relator: Des. Federal Nino Toldo. Disponível em: <<http://www.trf3.jus.br/>>. Acesso em: 23 de setembro de 2016. Citado na página 27.

Brasil. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. **AC 00090282120154039999**. São Paulo/SP: [s.n.], 16 de agosto de 2016 DJe. 9ª T., Relator: Juiz convocado Rodrigo Zacharias. Disponível em: <<http://www.trf3.jus.br/>>. Acesso em: 19 de setembro de 2016. Citado na página 54.

Brasil. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. **AC 09000031320054036182**. São Paulo/SP: [s.n.], 18 de maio de 2016 DJe. 1ª T., Relator: Des. Federal Helio Nogueira. Disponível em: <<http://www.trf3.jus.br/>>. Acesso em: 22 de setembro de 2016. Citado na página 25.

Brasil. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. **AC 00233244820154039999**. São Paulo/SP: [s.n.], 26 de agosto de 2016 DJe. 3ª T., Relator: Des. Nelton dos Santos. Disponível em: <<http://www.trf3.jus.br/>>. Acesso em: 14 de setembro de 2016. Citado na página 48.

Brasil. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **AMS 9404550469**. Porto Alegre/RS: [s.n.], 27 de outubro de 1999 DJe. 2ª T., Relator: Des. Fed. Zuudi Sakakihara. Disponível em: <<http://www.trf4.jus.br/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016. Citado na página 25.

BRUSCHI, G. G.; NOLASCO, R. D.; AMADEO, R. C. M. R. **Fraudes Patrimoniais e a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Processo Civil de 2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. Citado 22 vezes nas páginas 12, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 25, 28, 29, 31, 32, 35, 38, 39, 41, 42, 43, 45, 49, 61 e 62.

BUENO, C. S. **Curso Sistematizado de Processo Civil**. 7. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. Citado na página 42.

CAHALI, Y. S. **Fraude Contra Credores: fraude Contra credores, fraude à execução, ação revocatória falencial, fraude à execução fiscal e fraude à execução penal**. 4ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. Citado 3 vezes nas páginas 41, 42 e 43.

CANDEIA, R. Revista da procuradoria-geral do estado / procuradoria-geral do estado do rio grande do sul. v. 9, n. 24 (1979), jul/dez 2011. Citado 2 vezes nas páginas 12 e 61.

CARVALHO, R. B. de. **Fraude no Processo Civil**. 2. ed. [S.l.]: Editora Del Rey, 2000. Citado na página 38.

CÂMARA, A. F. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015. Citado 4 vezes nas páginas 28, 55, 56 e 57.

DINIZ, M. H. **Código Civil Anotado**. 5. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1999. Citado na página 41.

EMAGIS. **Novo CPC: O incidente de desconsideração da personalidade jurídica**. 2015. Disponível em: <<http://www.emagis.com.br/>>. Acesso em: 14 de novembro de 2016. Citado na página 11.

ERPEN, D. A. Registros públicos. **Revista dos Tribunais**, n. 610, p. 7, 1986. Citado na página 46.

FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Editora Atlas, 2015. Citado na página 41.

GOMES, O. **Introdução ao Direito Civil**. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1998. Citado na página 15.

GRECO FILHO, V. **Direito Processual Civil Brasileiro**. 16. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2003. Citado na página 42.

JUNIOR, F. D. **Curso de Direito Processual Civil Introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo de Conhecimento**. 17. ed. Salvador: Editora Jus Podivm, 2015. Citado 2 vezes nas página 12 e 13.

KüMPEL, V. F. **A desconsideração da personalidade Jurídica no novo CPC**. 2015. 31 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br>>. Acesso em: 31 de outubro de 2016. Citado na página 11.

MARINONI, L. G.; ARENHART, S. C.; MITIDIERO, D. **Novo Curso de Processo Civil - Tutela dos Direitos Mediante Procedimento Comum**. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. Citado 3 vezes nas página 30, 50 e 57.

MARTINEZ, W. N. **Comentários à lei básica da previdência social**. 7. ed. São Paulo: Editora LTr, 2010. Citado na página 22.

MARTINS, I. G. da S. **Grupos Econômicos Pesquisas Tributárias**. Porto Alegre: Editora Magister, 2015. Citado 4 vezes nas página 13, 22, 23 e 26.

MEDINA, J. M. G. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3^a. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. Citado 12 vezes nas página 16, 18, 19, 46, 48, 52, 53, 54, 57, 58, 59 e 60.

MELLO, C. A. B. de. **Curso de Direito Administrativo**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. Citado na página 15.

MIRANDA, F. C. P. **Tratado de Direito Privado**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1974. Citado na página 42.

NERY JÚNIOR, N.; ANDRADE, R. M. **Código de Processo Civil Comentado**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. Citado 6 vezes nas página 19, 29, 31, 32, 38 e 40.

PAIVA, J. P. L. **O Novo CPC e as Repercussões nas Atividades Notariais e Registrais**. Porto Alegre: [s.n.], 2016. Disponível em: <<http://www.irib.org.br>>. Acesso em: 19 de novembro de 2016. Citado na página 47.

PEÑA, R. C. S. **Fraude à Execução**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. Citado 6 vezes nas página 9, 28, 37, 38, 41 e 42.

QUEIROZ, R. de L. S. **Incidente de desconsideração da PJ deve ser afastado em execução fiscal**. 2016. 7 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br>>. Acesso em: 20 de outubro de 2016. Citado na página 17.

SILVA, L. T. da. **Abuso da Desconsideração da Personalidade Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2014. Citado 2 vezes nas página 15 e 20.

SOUZA, G. A. de. Execução e responsabilidade patrimonial no cpc/2015. **Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil**, v. 13, n. 97, set/out 2015. Citado 2 vezes nas página 33 e 34.

VERAS, N. A. **Responsabilidade Patrimonial das Partes e Terceiros na Execução Civil de acordo com o novo CPC**. 2015. [Http://www.otonnasser.adv.br](http://www.otonnasser.adv.br). 06 de novembro de 2015. Acesso em: 10 de outubro de 2016. Citado 2 vezes nas página 29 e 33.

YOSHIKAWA, E. H. O. Do caráter objetivo da fraude à execução e suas consequências: art. 593, ii do cpc. **Revista Dialética de Direito Processual**, Revista Dialética de Direito Processual, n. 25, p. 42–49, abril 2005. Citado na página 38.